MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 01

Ao Serviço de Licitações e Compras do Municipio de Dores do Turvo/MG.

Considerando as demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal em transporte eventual.

Venho respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, solicitar autorização para proceder à Abertura de Processo Licitatório, na modalidade que a Lei dispuser, objetivando o Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

A descrição dos itens e quantidades a serem adquiridos segue na requisição anexa.

Termos em que, pede deferimento.

Dores do Turvo, 05 de janeiro de 2026.

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETÁRIO DE TRANSPORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 02

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE DORES DO TURVO, MG.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veiculo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Dores do Turvo MG, 05 de janeiro de 2026.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

30 de junho de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender, de forma eficiente e contínua, as demandas de deslocamento das Secretarias Municipais, visando assegurar a execução de atividades administrativas, operacionais e institucionais que dependem de transporte eventual.

Considerando a insuficiência ou indisponibilidade de frota própria para suprir integralmente tais demandas, bem como a necessidade de garantir maior economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte.

A contratação compreende a locação de veículo com condutor, incluindo o fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, além de todos os encargos necessários ao pleno funcionamento do serviço, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.

Destaca-se que a medida contribui para a otimização dos recursos públicos, evitando custos elevados com aquisição, manutenção e gestão de frota própria, além de assegurar maior agilidade e qualidade no atendimento das demandas das Secretarias Municipais.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	SERVIÇOS - Microonibus minino 20 lugares municipal	Km	15000
002	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minino 20 lugares intermunicipal	km	15000
003	SERVIÇOS - Transporte Onibus mínimo 46 lugares intermunicipal	km	15000
004	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	km	15000
005	SERVIÇOS - Transporte Van 15 lugares intermunicipal	km	15000

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETARIO DE TRANSPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 05

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Dores do Turvo MG, 05 de janeiro de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo atender às demandas operacionais das Secretarias Municipais, garantindo a realização de deslocamentos eventuais com eficiência, segurança e economicidade.

Diante da necessidade de transporte para execução de atividades institucionais, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte eventual, por meio da locação de veículos com condutor, incluindo o fornecimento de combustível, bem como a realização de manutenção preventiva e corretiva dos veículos.

A contratação visa assegurar a continuidade dos serviços públicos, possibilitando o atendimento de atividades administrativas, técnicas e operacionais que demandam deslocamento, em conformidade com a legislação de trânsito vigente e demais normas aplicáveis.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRANSPORTE .

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte eventual justifica-se pela necessidade de assegurar o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, especialmente aquelas que demandam deslocamentos frequentes para atendimento de demandas administrativas, técnicas e operacionais.

A indisponibilidade ou insuficiência de frota própria, aliada à necessidade de otimização de recursos públicos, torna imprescindível a locação de veículos com condutor, incluindo o fornecimento de combustível e a manutenção preventiva e corretiva, garantindo maior eficiência, segurança e

continuidade na prestação dos serviços públicos.

A solução proposta contribui para a melhoria da gestão logística, redução de custos indiretos com manutenção de frota própria e maior flexibilidade no atendimento das demandas variáveis da Administração Pública, observando-se integralmente a legislação de trânsito vigente e demais normas aplicáveis.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	SERVIÇOS - Microonibus minino 20 lugares municipal	Km	15000
002	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minino 20 lugares intermunicipal	km	15000
003	SERVIÇOS - Transporte Onibus mínimo 46 lugares intermunicipal	km	15000
004	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	km	15000
005	SERVIÇOS - Transporte Van 15 lugares intermunicipal	km	15000

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte eventual, mediante locação de veículos com condutor, mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

Sob o aspecto técnico, a solução garante a disponibilidade imediata de veículos em condições adequadas de uso, com manutenção preventiva e corretiva já incluídas, além de condutores devidamente habilitados e capacitados, assegurando maior segurança, confiabilidade e conformidade com a legislação de trânsito vigente. Ademais, transfere à contratada a responsabilidade pela gestão da frota, reduzindo riscos operacionais e a necessidade de estrutura administrativa interna para esse fim.

Do ponto de vista econômico, a locação de veículos com serviços agregados elimina custos fixos relacionados à aquisição de frota própria, depreciação, seguros, manutenção, contratação de motoristas e gestão logística. Permite, ainda, maior previsibilidade orçamentária, com pagamentos vinculados à efetiva utilização dos serviços, além de proporcionar melhor alocação de recursos públicos e maior eficiência no gasto.

Destaca-se também que a solução apresenta maior flexibilidade para atendimento de demandas variáveis das Secretarias Municipais, evitando ociosidade de veículos e otimizando o uso dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a contratação proposta revela-se a alternativa mais eficiente, econômica e adequada para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados.

7. RESPONSÁVEIS

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETARIA DO TRANSPORTE

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 05 de janeiro de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 16.126.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Menor Preço Não Cotado

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0016/2026

Data: 05/01/2026 **Validade:** 05/03/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: MAURO LUCIO MAROLES DA CRUZ

Justificativa: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 2 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
Nº Item	Cod.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	1274	SERVIÇOS - Microonibus minimo 20 Lugares municipal (01 veiculo)	SR	15000	7,27	109.000,00
002	635	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minimo 20 lugares intermunicipal	km	15000	7,50	112.500,00
003	636	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	km	15000	9,01	135.150,00
004	637	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	km	15000	8,75	131.250,00
005	638	SERVIÇOS - Transporte Van 15 Lugares intermunicipal	km	15000	6,47	97.050,00
					Total ===>	584.950,00

Fornecedores

32.459.479 LUCAS DE OLIVEIRA MOREIRA - CNPJ: 32.459.479/0001-15

Nº Item	Cod.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	635	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minimo 20 Lugares intermunicipal	km	15000	7,80	117.000,00
002	636	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	km	15000	9,10	136.500,00
003	637	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 Lugares municipal	km	15000	9,00	135.000,00
004	638	SERVIÇOS - Transporte Van 15 Lugares intermunicipal	km	15000	6,90	103.500,00
005	1274	SERVIÇOS - Microonibus minimo 20 lugares municipal (01 veiculo)	SR	15000	7,60	114.000,00
					Total ===>	608.000,00

JP TURISMO LTDA - CNPJ: 58.537.870/0001-56

Nº Item	Cod.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	635	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minimo 20 Lugares intermunicipal	km	15000	7,50	112.500,00
002	636	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	km	15000	8,60	129.000,00
003	637	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 Lugares municipal	km	15000	7,90	118.500,00
004	638	SERVIÇOS - Transporte Van 15 Lugares intermunicipal	km	15000	6,00	90.000,00

JP TURISMO LTDA - CNPJ: 58.637.870/0001-56

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
005	1274	SERVIÇOS - Microonibus minino 20 lugares municipal (01 veiculo)	SR	15000	7,00	105.000,00
					Total ===>	555.000,00

49.291.356 KELLY HELENA PEREIRA - CNPJ: 49.291.356/0001-10

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	635	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minino 20 lugares intermunicipal	km	15000	7,20	108.000,00
002	636	SERVIÇOS - Transporte Onibus minino 46 lugares intermunicipal	km	15000	9,34	140.100,00
003	637	SERVIÇOS - Transporte Onibus minino 46 lugares municipal	km	15000	9,34	140.100,00
004	638	SERVIÇOS - Transporte Van 15 lugares intermunicipal	km	15000	6,50	97.500,00
005	1274	SERVIÇOS - Microonibus minino 20 lugares municipal (01 veiculo)	SR	15000	7,20	108.000,00
					Total ===>	593.700,00

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 11

COTAÇÃO DE PREÇO

Empresa: Kelly Helena Ferreira CNPJ: 49291.356.0001-10

Endereço: RUA JOAQUIM JOSE RODRIGUES PIRES N° 469

Bairro: St. Antonio Cidade: DORES DO TURVO UF: MG

Telefone: 32.99859 74.98 e-mail: helio.catalino2014@gmail

Item	Descrição	Quantidade	Valoor Unitario KM	Valor total
1.	Van 15 lugares intermunicipal (01 veiculo)	15.000 KM	6.50	
2.	Microonibus minino 20 lugares intermunicipal (01 veiculo)	15.000 KM	7.20	
3.	Onibus minimo 46 lugares intermunicipal(01 veiculo)	15.000 KM	9,34	
4.	Onibus minimo 46 lugares municipal (01 veiculo)	15.000 KM	9.34	
5.	Microonibus minino 20 lugares municipal (01 veiculo)	15.000 KM	7.20	

Local data 12/01/2026.

Assinatura Kelly Helena Ferreira

13

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55 CENTRO DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
Fls. 12

COTAÇÃO DE PREÇO

Empresa: JP Turismo CNPJ: 58.637.870/0001-56

Endereço: Rua Jesuino Ferreira Mendes Nº 137

Bairro: Centro Cidade: Dores do Turvo UF: MG

Telefone: (32) 98403-9874 e-mail: JoaoPauloMoreira.JP.07@Gmail.com

Item	Descrição	Quantidade	Valoor Unitario KM	Valor total
1.	Van 15 lugares intermunicipal (01 veiculo)	15.000 KM	06,00	90.000
2.	Microonibus minino 20 lugares intermunicipal (01 veiculo)	15.000 KM	07,50	112.500
3.	Onibus minimo 46 lugares intermunicipal(01 veiculo)	15.000 KM	08,60	129.000
4.	Onibus minimo 46 lugares municipal (01 veiculo)	15.000 KM	07,90	118.500
5.	Microonibus minino 20 lugares municipal (01 veiculo)	15.000 KM	07,00	105.000

Local data Dores do Turvo, Minas Gerais 20/01/2026

Assinatura João Paulo Moreira Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.125.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55 - CENTRO - DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3578-1275 E-mail: prefeit.ro@doresdoturvo.mg.gov.br

Fls. 13

Cotação de Preço por Fornecedor

Informações Gerais da Cotação de Preço

Cotação: 0016/2026

Data: 05/01/2026

Responsável pela Pesquisa: MAURO LUCIO MARQUES DA CRUZ

Justificativa: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme descrito a legislação de trânsito em vigor.

Tipo de Processo: RP - Registro de Preço

Objeto: ----

Dados do Fornecedor

Razão Social: 32.469.479 LUCAS DE OLIVEIRA MOREIRA

CNPJ: 32.469.479/0001-15 **Inscrição Estadual:** 0044050080035

Endereço: ATILIO ANICETO MOREIRA **nº:** 75 **Bairro:** CENTRO

Cidade: DORES DO TURVO **UF:** MG **CEP:** 36.513-000

Tel: (32) 98870-2009 **Fax:**

Email: wagnermoreira22@hotmail.com

Dados Adicionais

Forma de Pagamento:

Prazo de Entrega:

Validade do Orçamento/Proposta: 05/03/2026

Nº Serv.	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Valor	Val. Total
001	1274	SERVIÇOS - Microonibus minimo 20 lugares municipal (01 veiculo)	SR	15000	7,60	114.000,00
002	636	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minimo 20 lugares intermunicipal	km	15000	7,80	117.000,00
003	636	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	km	15000	9,10	136.500,00
004	637	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	km	15000	9,00	135.000,00
005	638	SERVIÇOS - Transporte Van 15 Lugares intermunicipal	km	15000	6,90	103.500,00

Total do Orçamento/Proposta: **606.000,00**

32.469.479 LUCAS DE OLIVEIRA MOREIRA
CNPJ: 32.469.479/0001-15

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Fls 19

MEMORANDO INTERNO.

De: Setor de Licitações.

Para: Serviço Municipal da Fazenda e Contabilidade.

Para continuar os trâmites legais de instauração do processo licitatório, cujo objetivo refere-se ao Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor, no valor estimado de R$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) conforme cotação de preço, solicito a realização de bloqueio orçamentário, bem como o estudo de impacto orçamentário-financeiro da referida despesa para o exercício de 2026.

Município de Dores do Turvo/MG, 20 de janeiro de 2026.

Samuel Abraão Pires

Pregoeiro Municipal

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro a existência de dotação orçamentária para contratação dos objetos da cotação número 016, conforme dotação(ões) abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

Dotação	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.2.11.01.26.782.0003.2.0060	1.500.000	MANUTENÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	R$ 585.000,00
		TOTAL	**R$ 585.000,00**

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos, se necessário for.
Atenciosamente.

Dores do Turvo, 06/01/2026

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 15

DECLARAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Declaro que há previsão de arrecadação de receita no orçamento do corrente ano e que os pagamentos poderão ser estabelecidos de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustivel, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Dores do Turvo, 06 de Janeiro de 2026.

Marcelo Lana Goulart
TESOUREIRO(A)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

Gabinete do Prefeito Municipal

DESPACHO:

Face o pleito exposto, na qualidade de Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG e na forma da Lei, defiro a abertura do Processo Licitatório para o Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor, condicionando-o à existência de Crédito Orçamentário e Disponibilidade Financeira, bem como, ainda, declaro para todos os efeitos legais, que a despesa objeto da abertura deste Processo Licitatório atende ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, tendo adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO.

Dores do Turvo, 23 de abril de 2026

KALLLI DAHER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel. 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 18

PORTARIA Nº 002 DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

"NOMEIA PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO PARA ATUAÇÃO NA FUNÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025".

O Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, diante da determinação contida na Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como Pregoeiro do Município de Dores do Turvo/MG e membros de apoio ao pregão, respectivamente, os seguintes servidores:

Pregoeiro: Samuel Abraão Pires, portador do CPF nº 095.330.036-69 e RG nº MG 16.074.618.

Membro: Edmar Antônio Venâncio, portador do CPF nº 112.550.456-04 e RG nº MG-16859551.

Membro: Maria Andréa de Souza, portador do CPF nº 090.171.696-05 e RG nº MG 15.405.527.

SUPLENTE

Membro Suplente: Mauro Lucio Marques da Cruz. portador do CPF 957.198.306-34 e RG nº MG 6872866;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 05 de janeiro de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Dados: 2026.01.05 09:40:12 -03'00'

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 19

AUTUAÇÃO

Aos vinte e tres dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, na Rua Paulo Fernandes de Faria, Nº 55 nesta cidade, autuo os documentos que adiante seguem. Para constar, foi feita a presente autuação e procedeu-se a abertura do Processo Licitatório. Eu, Samuel Abraão Pires, Pregoeiro subscrevi.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

PROCESSO Nº 067/2026
PREGÃO PRESENCIAL 015/2026
MENOR PREÇO POR ITEM/KM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Valor total estimado: R$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.2.11.01.26.782.0003.2.0060

Ordenador das despesas: Prefeito Municipal.

Trata – se de Município com 4.987 habitantes conforme censo IBGE e 2022.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 20

JUSTIFICATIVA PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 067/2026
PREGÃO PRESENCIAL 015/2026
MENOR PREÇO POR ITEM / KM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025
OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veiculo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

A modalidade presencial conforme disposto no Art 17&2º da Lei 14133/2021, se justifica pela celeridade na contratação, visto que o pregão presencial permiti inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos na modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.

Dentre as diversas vantagens da modalidade do pregão presencial sobre o eletrônico, frisa – se principalmente, a possibilidade de esclarecimentos imediato durante o pregão presencial e a facilidade na negociação dos preços, bem como a verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade de pregão presencial não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrario, permite maior redução nos preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Imperiosos destacar que, muito a lei contempla preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico, o mesmo apresenta inúmeros custos, muitas vezes, não mensurados, não atendendo ao Principio da Economicidade, em especial para aquisição de bens e serviços de valores próximos aos limites para a dispensa de licitação, nos termo do Art 75, II da lei 147133/2021.

A lei 14133/2021 estabelece preferencialmente o pregão eletrônico e não sua obrigatoriedade, uma vez que não revogou a modalidade do pregão presencial. Dessa forma, conforme Decreto municipal 003/20205,optamos pela forma presencial visto que, além de pratico, fácil e acessível, atinge seu fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do principio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos e a selecionar a proposta mais vantajosa mediante sessão publica por mérito de propostas de preços escritos e lances verbais, sendo os certames gravados e, as mídias com o conteúdo das gravações serão disponibilizadas no sítio oficial da Prefeitura Municipal.

Dores do Turvo, 23 de abril de 2026.

Samuel Abraão pires
Pregoeiro Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM / KM.
MODO: ABERTO

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, por intermédio de seu Pregoeiro, Sr. Samuel Abraão Pires, nomeado pela Portaria nº 002/2026, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, a fim de selecionar proposta para o Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

A abertura da sessão será às **08:00hs do dia 13 de maio de 2026**, quando serão recebidos os envelopes de **"PROPOSTA"** e **"DOCUMENTAÇÃO"**, relativos à licitação, bem como credenciados os representantes interessados.

Justificativa Pregão Presencial: Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº. 003/2025, e demais legislações pertinentes ao objeto.

A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Dores do Turvo MG, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o
§ 2ºdo art. 17 desta Lei;

2.3.1 A Lei nº. 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

A modalidade presencial conforme disposto no Art 17&2º da Lei 14133/2021, se justifica pela celeridade na contratação, visto que o pregão presencial permiti inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos na modalidade eletrônica e aumentariam seus custos.
Dentre as diversas vantagens da modalidade do pregão presencial sobre o eletrônico, frisa – se principalmente, a possibilidade de esclarecimentos imediato durante o pregão presencial e a facilidade na negociação dos preços, bem como a verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade de pregão presencial não produz alteração no

resultado final do certame, pelo contrario, permite maior redução nos preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.
Imperiosos destacar que, muito a lei contempla preferencialmente a modalidade de pregão eletrônico, o mesmo apresenta inúmeros custos, muitas vezes, não mensurados, não atendendo ao Principio da Economicidade, em especial para aquisição de bens e serviços de valores próximos aos limites para a dispensa de licitação, nos termo do Art 75, II da lei 147133/2021.

A lei 14133/2021 estabelece preferencialmente o pregão eletrônico e não sua obrigatoriedade, uma vez que não revogou a modalidade do pregão presencial. Dessa forma, conforme Decreto municipal 003/20205, optamos pela forma presencial visto que, além de pratico, fácil e acessível, atinge seu fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do principio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos e a selecionar a proposta mais vantajosa mediante sessão publica por mérito de propostas de preços escritos e lances verbais, sendo os certames gravados e, as mídias com o conteúdo das gravações serão disponibilizadas no sitio oficial da Prefeitura Municipal.

2 – OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste certame o Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor, de acordo com o TERMO REFERÊNCIA - ANEXO I do presente Edital de Licitação.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação interessados que atendam a todas as condições do presente edital, que sejam do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

3.2 – **Licitantes interessados deverão apresentar fora dos envelopes, no ato inicial do certame:**

I) DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ANEXO IV);

II) CREDENCIAMENTO (ANEXO V);

III) CÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF do credenciado.

IV) CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL COM A ÚLTIMA ALTERAÇÃO SE FOR O CASO, OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

V) DECLARAÇÃO DE ME OU EPP (E FOR O CASO ANEXO VII)

VI) CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA NOS ULTIMOS 60 (SESSENTA) DIAS

3.3 - No caso de credenciamento, referente ao dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, também deverá ser apresentado o respectivo estatuto ou contrato social, e a última alteração estatutária ou contratual, se houver, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4 - ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Os envelopes **"Proposta Comercial"** e **"Documentação"** deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo, bem como, deverão indicar em sua

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 23

parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO ENVELOPE Nº 01 "**PROPOSTA COMERCIAL**" PROCESSO Nº 067/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026 ABERTURA DIA: 13/05/2026 – 08:00hs RAZÃO SOCIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG ENDEREÇO RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, Nº 55, CENTRO ENVELOPE Nº 02 "**DOCUMENTAÇÃO**" PROCESSO Nº 067/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026 ABERTURA DIA: 13/05/2026 – 08:00hs RAZÃO SOCIAL

5 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

5.2. Não poderão disputar esta licitação:

5.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.11. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.2.14. O disposto a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.16. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 - PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 01

6.1 - Proposta de preços em uma via, assinada pelo licitante ou procurador em todas as suas folhas, impressa em papel preferencialmente timbrado, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, conforme ANEXO III do Edital.

6.2 - Prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contendo os valores com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.3 – A proposta deve conter o nome da empresa, o número do CNPJ e o endereço completo contendo: telefone, email e/ou outro mecanismo para contato.

6.4 - A proposta deve conter o número do Pregão e do Processo Licitatório.

6.5 - A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto.

7 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o menor preço.
7.2 - Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço, as licitantes com propostas de preços até 5% (cinco por cento) superiores àquela, ou quando não houver pelos menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, ás Autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto na Lei Federal nº 14133/2021.
7.3 - Após a abertura das propostas, será determinada disposição de lances verbais dos representantes das licitantes, em ordem de "maior preço para menor preço".
7.4 - Durante os lances verbais poderá o Pregoeiro fixar o importe/percentual mínimo de cada lance, a fim de vedar lances sucessivos de valores inlimos de redução, atendidos os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que exigirem o caso.
7.5 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.
7.6 - Os lances inexequíveis serão descartados após sua efetiva comprovação.
7.7 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada à proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pelo Prefeito Municipal.
7.8 - Poderá ser deliberado pelo Pregoeiro a possibilidade de saneamento de falhas em favor do licitante, desde que não promova situações de favorecimento ilícito ou omisso, mas sim de economia nas contratações. Todavia, há que considerar que as empresas apresentarão suas correções e todas as comprovações exigentes do Edital.
7.9 - No caso de sanamento de falhas poderá ser efetuada diligência no certame, ou mesmo abertura de prazo estipulado pelo Pregoeiro, onde deverão ser registrados os fatos em ata.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o

8.2.Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.3.Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados no Diario Oficial.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4°):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4° do Decreto n° 8.538/2015).

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site da Prefeitura municipal.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado conforme art 156 da lei 14133.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no site e no Diário Oficial da Prefeitura Municipal no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados enviados por e-mail, protocolados presencialmente no setor de licitações ou via correio sendo que, a Comissão não se responsabiliza por arquivos via e-mail ou correio não chegar dentro do prazo estipulado no presente edital.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no site da Prefeitura Municipal.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no site oficial da Prefeitura Municipal www.doresdoturvo.mg.gov.br .

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO III – PROPOSTA

DECLARAÇÕES – ANEXOS (HABILITAÇÃO IV), (CREDENCIAMENTO V), (MENOR VI) E (ME/EPP VII).

Dores do Turvo MG, 24 de abril de 2026.

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 34

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

Menor Preço por Item / Km

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Justificativa: A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender, de forma eficiente e contínua, as demandas de deslocamento das Secretarias Municipais, visando assegurar a execução de atividades administrativas, operacionais e institucionais que dependem de transporte eventual.

Considerando a insuficiência ou indisponibilidade de frota própria para suprir integralmente tais demandas, bem como a necessidade de garantir maior economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte.

A contratação compreende a locação de veículo com condutor, incluindo o fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, além de todos os encargos necessários ao pleno funcionamento do serviço, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.

Destaca-se que a medida contribui para a otimização dos recursos públicos, evitando custos elevados com aquisição, manutenção e gestão de frota própria, além de assegurar maior agilidade e qualidade no atendimento das demandas das Secretarias Municipais.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

Objeto a ser licitado:

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário Médio KM
001	SERVIÇOS - Microonibus minino 20 lugares municipal	Km	15000	7,27
002	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minino 20 lugares intermunicipal	km	15000	7,50
003	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	km	15000	9,01
004	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	km	15000	8,75
005	SERVIÇOS - Transporte Van 15 lugares intermunicipal	km	15000	6,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 35

1. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

** Pagamento: Será feito por KM rodado. Deslocamento do veiculo da sede da empresa ate o ponto de partida no Município de Dores do Turvo MG e retorno do ponto de chegada no Município de Dores do Turvo MG ate a sede da empresa por conta do contratado.

A Prefeitura Municipal não possui locais para os veiculos ficarem guardados.

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto;
- executar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como a substituição de peças desgastadas;
- disponibilizar veículos devidamente abastecidos e equipados.
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da Administração;
- arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;
- responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;
- transportar os passageiros, observando e fazendo cumprir rigorosamente as leis de trânsito, mantendo o veículo em perfeito estado de conservação, limpeza e higiene, e com a manutenção preventiva em dia;
- não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas;
- responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato;

- substituir os veículos com avarias mecânicas, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, por sua conta e risco;
- orientar os condutores dos veículos, quanto a observação concernente ao trato aos passageiros principalmente crianças e adolescentes, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos;
- responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas na lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente;
- conduzir os passageiros até o final do itinerário;
- fazer o embarque e desembarque seja qual for o motivo, em locais adequados e que as portas estejam devidamente fechadas;
- permitir e facilitar a fiscalização de órgãos competentes;
- verificar e assegurar que todos estejam utilizando o cinto de segurança e que as portas estejam devidamente fechadas.
- O veículo será requisitado com antecedencia de 07 (sete) dias uteis para viagens com a relação de passageiros para o que a empresa providencie a documentação legal perante aos orgãos DER ou ANTT.
- As vigens poderá ocorrer dias úteis, sabados, domingos e feriados conforme demandas.
- **Casos excepcionais a empresa poderá ser acionada a prestar os serviços de imediato caso algum veiculo componente da Frota Municipal estar impossibilidato de fazer o referido transporte como por exemplo transporte escolar, transporte de doentes etc.**
- Eventual ata e registro de preço com o licitante vencedor terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
- Despesas com seguros, condutores, manutenção preventiva e corretiva do veiculo, pneus, combustivel, alimentação, transporte dos condutores ate o ponto inicial de saida, combustível e hospedagens, fica a cargo da empresa contratada.
- O veiculo deverá chegar com antecedencia de 40 (quarenta) minutos ao local de saida para o embarque.
- É expressamente proibido dar carona ou transportar pessoas alheias, exceto aquelas devidamente autorizadas pela Secretaria requisitante;
- É proibido fazer uso de telefone celular quando estiver dirigindo;
- Manter em boas condições de higiene e limpeza os veiculos com que trabalham.
- O veiculo quando em serviço a secretaria de educação, deverá transportar os alunos à escola com antecedência mínima de 15 minutos antes do inicio das aulas e embarcados de volta no máximo 15 minutos após o término das aulas;

O serviço que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021, com suas posteriores alterações.

A entrega deverá ocorrerá de acordo com a ordem de fornecimento emitida pelo Chefe do Setor de Compras, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada conforme demanda;

DO VEÍCULO

- Os veículos que serão utilizados para a prestação dos serviços licitados deverão atender a todas as especificações constantes deste instrumento, estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN, além de preencher os seguintes requisitos:
- Registro como veículo de passageiros,
- Cintos de segurança em número igual à lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente;

DO CONDUTOR

- O condutor de veículo deve satisfazer os seguintes requisitos:
- Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- Ter Carteira Nacional de Habilitação Remunerada categoria D ou superior;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
- O Condutor cuja CNH tenha sido emitida em outra Unidade da Federação deverá apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação de CNH, emitida pelo DETRAN de origem.
- Apresentar certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Estado Minas Gerais e Certidão Negativa Criminal Federal da Seção Judiciária do Estado do Minas Gerais, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, conforme exigência prevista no artigo 329 do CTB;

SÃO CONDUTAS PROIBIDAS AO CONDUTOR

- Fumar e usar bebidas alcoólicas junto aos passageiros;
- Ausentar-se do veículo, salvo por atos urgentes;
- Abastecer ou fazer manutenção com passageiros dentro do veículo;
- Conduzir com excesso de lotação e/ou com passageiro em pé no interior do veículo;
- Conduzir com excesso de velocidade;
- Portar ou manter no veículo arma de branca ou de fogo;
- Manter as portas abertas em movimento;
- Adotar comportamento que possa tirar a concentração e causando riscos de acidentes;
- Transportar objetos que dificultem a acomodação dos passageiros;
- Trajar roupas inadequadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 38

- A serviço da Educação: É vedado ao motorista deixar usuários na estrada, fora do ponto onde o ônibus ou pais e ou responsável ficam, principalmente alunos menores de idade.

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Na presente não há indicações de Marcas

Da exigência de amostra: Não será solicitado.

3.3. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 Garantia, manutenção e assistência técnica

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

Notificação: A empresa que não atender a ordem de fornecimento /serviço no prazo estimado, será notificada.

4.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição que apresentarem vicio ou estragos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data notificação.

4.2.1 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual periodo, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.3 O custo referente ao transporte, alimentação e hospedagem será de responsabilidade do Contratado.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 39

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.1. Fiscalização Técnica

A) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

B) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

C) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

D) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

E) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

F) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.2. Fiscalização Administrativa

A) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

B) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.3 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Pontualidade;

Qualidade;

Tratamento aos usuários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 40

7. Gestor do Contrato

7.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.8 Cada secretario requisitante é o responsável pelo recebimento e conferencia.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Recebimento

a) O recebimento será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

b) Os recebimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

d) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

e) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

f) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

g) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 Liquidação

a) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

b) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

c.1) o prazo de validade;

c.2) a data da emissão;

c.3) os dados do contrato e do órgão contratante;

c.4) o período respectivo de execução do contrato;

c.5) o valor a pagar; e

c.6) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

d) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

e) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

f) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 42

g) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

j) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3 Prazo de pagamento

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a prestação de serviços.

b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

c) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

d) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

e) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

f) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

g) Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

h) Cessão de crédito: É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

i) As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

j) A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

k) Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário

não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

l) O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

m) A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM / KM.

Forma de realização: Entrega de forma parcelada.

Exigências de habilitação

- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. registro comercial no caso de firma individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
3. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5. RG e CPF de todos os sócios da empresa.

- DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO- FINANCEIRA E TÉCNICA

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

I- Regularidade Fiscal

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual da sede da **licitante;**

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

II-RegularidadeTrabalhista

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

III-RegularidadeEconômico/Financeira

a) Certidão negativa de falência ou em Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar no documento.

É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

10.5. Declarações

a. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante (Modelo - ANEXO IV).

Documentos Complementares:

Após a publicação da Adjudicação do presente certame, a empresa classificada deverá apresentar no prazo de 05(cinco) dias os seguintes documentos para assinatura do contrato:

- Comprovação de autorização do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Minas Gerais – DER/MG, para realizar transporte intermunicipal.
- Carteira Nacional de Habilitação do condutor do veículo REMUNERADA categoria D;
- Atestado (condutor) de antecedentes e certidão de distribuição criminal das justiças estadual e federal, devendo ser negativas quantos aos crimes de homicídio, roubo, corrupção de menores, estupro, estupro de vulnerável, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente e favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de crianças ou adolescentes ou de vulnerável dos últimos 05 (cinco) anos na localidade em que residiram;
- Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas (condutor);
- Ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 45

infrações médias nos últimos 12 (doze) meses.

- CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veiculo);
- Vistoria do veiculo;
- Os veículos que estiverem em nome de terceiros ou CPF é obrigatório a apresentação do comprovante de compra e venda ou contrato de locação com a empresa licitante.
- Seguro do Veiculo (veiculo e passageiros);

A documentação de habilitação poderá ser:
- apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

- Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. VALOR ESTIMADO

Valor total estimado consta na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

3.3.90.39.00.2.11.01.26.782.0003.2.0060

Dores do Turvo, 24 de abril de 2026.

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETARIO DE TRANSPORTE

ANEXO II - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

O Municipio de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, portador CPF nº _____ residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, comsede na_, bairro _____, cidade de este ato representada pelo Sr._____,brasileiro,_____, portador RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório Pregão Presencial nº** cujo resultado foi homologado na data de _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

1.1 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

(Anexar tabela)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 48

2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

2.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes

remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.1.3.3. Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica-se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

3.3.90.39.00.2.11.01.26.782.0003.2.0060

10. Prazo de pagamento

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a prestação de serviços.

10.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

40.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.7 Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamento

11. DA ENTREGA:

** Pagamento: Será feito por KM rodado. Deslocamento do veiculo da sede da empresa ate o ponto de partida no Municipio de Dores do Turvo MG e retorno do ponto de chegada no Municipio de Dores do Turvo MG ate a sede da empresa por conta do contratado.

A Prefeitura Municipal não possui locais para os veiculos ficarem guardados.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

arcar com as despesas relativas a combustivel, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto;

executar a manutenção preventiva e corretiva dos veiculos, incluindo serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como a substituição de peças desgastadas;

disponibilizar veículos devidamente abastecidos e equipados.

reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da Administração;

arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Municipio ou a terceiros;

responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

arcar com o ônus decorrente de eventual equivoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

transportar os passageiros, observando e fazendo cumprir rigorosamente as leis de trânsito, mantendo o veículo em perfeito estado de conservação, limpeza e higiene, e com a manutenção preventiva em dia;

não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas;

responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato;

substituir os veículos com avarias mecânicas, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, por sua conta e risco;

orientar os condutores dos veículos, quanto a observação concernente ao trato aos passageiros principalmente crianças e adolescentes, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos;

responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas na lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substitui-la, alterá-la ou complementá-la;

responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 56

do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente;

conduzir os passageiros até o final do itinerário;

fazer o embarque e desembarque seja qual for o motivo, em locais adequados e que as portas estejam devidamente fechadas;

permitir e facilitar a fiscalização de órgãos competentes;

verificar e assegurar que todos estejam utilizando o cinto de segurança e que as portas estejam devidamente fechadas.

DO VEÍCULO

- Os veículos que serão utilizados para a prestação dos serviços licitados deverão atender a todas as especificações constantes deste instrumento, estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN, além de preencher os seguintes requisitos:
- Registro como veículo de passageiros,
- Cintos de segurança em número igual à lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente;

DO CONDUTOR

- O condutor de veículo deve satisfazer os seguintes requisitos:
- Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- Ter Carteira Nacional de Habilitação Remunerada categoria D ou superior;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
- O Condutor cuja CNH tenha sido emitida em outra Unidade da Federação deverá apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação de CNH, emitida pelo DETRAN de origem.
- Apresentar certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Estado Minas Gerais e Certidão Negativa Criminal Federal da Seção Judiciária do Estado do Minas Gerais, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, conforme exigência prevista no artigo 329 do CTB;

SÃO CONDUTAS PROIBIDAS AO CONDUTOR

- Fumar e usar bebidas alcoólicas junto aos passageiros;
- Ausentar-se do veículo, salvo por atos urgentes;
- Abastecer ou fazer manutenção com passageiros dentro do veículo;
- Conduzir com excesso de lotação e/ou com passageiro em pé no interior do veículo;
- Conduzir com excesso de velocidade;
- Portar ou manter no veículo arma de branca ou de fogo;
- Manter as portas abertas em movimento;
- Adotar comportamento que possa tirar a concentração e causando riscos de acidentes;
- Transportar objetos que dificultem a acomodação dos passageiros;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 56

- Trajar roupas inadequadas.
- A serviço da Educação: É vedado ao motorista deixar usuários na estrada, fora do ponto onde o ônibus ou pais e ou responsável ficam, principalmente alunos menores de idade.
- O veículo será requisitado com antecedência de 07 (sete) dias uteis para viagens com a relação de passageiros para o que a empresa providencie a documentação legal perante aos órgãos DER ou ANTT.
- As viagens poderá ocorrer dias úteis, sábados, domingos e feriados conforme demandas.
- **Casos excepcionais a empresa poderá ser acionada a prestar os serviços de imediato caso algum veiculo componente da Frota Municipal estar impossibilitado de fazer o referido transporte como por exemplo transporte escolar, transporte de doentes etc.**
- Eventual ata e registro de preço com o licitante vencedor terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
- Despesas com seguros, condutores, manutenção preventiva e corretiva do veiculo, pneus, combustível, alimentação, transporte dos condutores ate o ponto inicial de saída, combustível e hospedagens, fica a cargo da empresa contratada.
- O veiculo deverá chegar com antecedência de 40 (quarenta) minutos ao local de saída para o embarque.
- É expressamente proibido dar carona ou transportar pessoas alheias, exceto aquelas devidamente autorizadas pela Secretaria requisitante;
- É proibido fazer uso de telefone celular quando estiver dirigindo;
- Manter em boas condições de higiene e limpeza os veículos com que trabalham.
- O veiculo quando em serviço a secretaria de educação, deverá transportar os alunos à escola com antecedência mínima de 15 minutos antes do início das aulas e embarcados de volta no máximo 15 minutos após o término das aulas;

O serviço que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021, com suas posteriores alterações.

A entrega deverá ocorrerá de acordo com a ordem de fornecimento emitida pelo Chefe do Setor de Compras, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada conforme demanda;

12. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Aquisição

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualqueroutro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data Assinaturas

Testemunhas

MINUTA CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E _____

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

O **MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG**, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Kallil Dahier Moreira Cunha, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxx, residente e domiciliado neste Município de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa _____ (QUALIFICAÇÃO COMPLETA), que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO
1.1 - Constitui objeto deste ajuste, a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1 - O presente contrato terá seu valor total de R$ _____ (_____) conforme quadro abaixo: (anexar tabela).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a prestação de serviços mediante depósito/transferência em conta em conta especifica do CNPJ da empresa.
3.2.Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta da Dotação orçamentária do exercício de 2026, sendo: 3.3.90.39.00.2.11.01.26.782.0003.2.0060

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização do presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA– DA ENTREGA

** Pagamento: Será feito por KM rodado. Deslocamento do veiculo da sede da empresa ate o ponto de partida no Município de Dores do Turvo MG e retorno do ponto de chegada no Municipio de Dores do Turvo MG ate a sede da empresa por conta do contratado.

A Prefeitura Municipal não possui locais para os veículos ficarem guardados.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto;

executar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como a substituição de peças desgastadas;

disponibilizar veículos devidamente abastecidos e equipados.

reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, a critério da Administração;

arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

transportar os passageiros, observando e fazendo cumprir rigorosamente as leis de trânsito, mantendo o veículo em perfeito estado de conservação, limpeza e higiene, e com a manutenção preventiva em dia;

não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas;

responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato;

substituir os veículos com avarias mecânicas, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, por sua conta e risco;

orientar os condutores dos veículos, quanto a observação concernente ao trato aos passageiros principalmente crianças e adolescentes, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos;

responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas na lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
FL. 60

responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente;

conduzir os passageiros até o final do itinerário;

fazer o embarque e desembarque seja qual for o motivo, em locais adequados e que as portas estejam devidamente fechadas;

permitir e facilitar a fiscalização de órgãos competentes;

verificar e assegurar que todos estejam utilizando o cinto de segurança e que as portas estejam devidamente fechadas.

DO VEÍCULO

- Os veículos que serão utilizados para a prestação dos serviços licitados deverão atender a todas as especificações constantes deste instrumento, estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN, além de preencher os seguintes requisitos:
- Registro como veiculo de passageiros,
- Cintos de segurança em número igual à lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente;

DO CONDUTOR

- O condutor de veículo deve satisfazer os seguintes requisitos:
- Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- Ter Carteira Nacional de Habilitação Remunerada categoria D ou superior;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
- O Condutor cuja CNH tenha sido emitida em outra Unidade da Federação deverá apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação de CNH, emitida pelo DETRAN de origem.
- Apresentar certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Estado Minas Gerais e Certidão Negativa Criminal Federal da Seção Judiciária do Estado do Minas Gerais, relativa aos crimes de homicidio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, conforme exigência prevista no artigo 329 do CTB;

SÃO CONDUTAS PROIBIDAS AO CONDUTOR

- Fumar e usar bebidas alcoólicas junto aos passageiros;
- Ausentar-se do veiculo, salvo por atos urgentes;
- Abastecer ou fazer manutenção com passageiros dentro do veículo;
- Conduzir com excesso de lotação e/ou com passageiro em pé no interior do veículo;
- Conduzir com excesso de velocidade;
- Portar ou manter no veiculo arma de branca ou de fogo;
- Manter as portas abertas em movimento;
- Adotar comportamento que possa tirar a concentração e causando riscos de acidentes;

- Transportar objetos que dificultem a acomodação dos passageiros;
- Trajar roupas inadequadas.
- A serviço da Educação: É vedado ao motorista deixar usuários na estrada, fora do ponto onde o ônibus ou pais e ou responsável ficam, principalmente alunos menores de idade.
- O veículo será requisitado com antecedência de 07 (sete) dias uteis para viagens com a relação de passageiros para o que a empresa providencie a documentação legal perante aos órgãos DER ou ANTT.
- As viagens poderá ocorrer dias úteis, sábados, domingos e feriados conforme demandas.
- **Casos excepcionais a empresa poderá ser acionada a prestar os serviços de imediato caso algum veiculo componente da Frota Municipal estar impossibilitado de fazer o referido transporte como por exemplo transporte escolar, transporte de doentes etc.**
- Eventual ata e registro de preço com o licitante vencedor terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
- Despesas com seguros, condutores, manutenção preventiva e corretiva do veiculo, pneus, combustível, alimentação, transporte dos condutores ate o ponto inicial de saída, combustível e hospedagens, fica a cargo da empresa contratada.
- O veiculo deverá chegar com antecedência de 40 (quarenta) minutos ao local de saida para o embarque.
- É expressamente proibido dar carona ou transportar pessoas alheias, exceto aquelas devidamente autorizadas pela Secretaria requisitante;
- É proibido fazer uso de telefone celular quando estiver dirigindo;
- Manter em boas condições de higiene e limpeza os veículos com que trabalham.
- O veiculo quando em serviço a secretaria de educação, deverá transportar os alunos à escola com antecedência mínima de 15 minutos antes do inicio das aulas e embarcados de volta no máximo 15 minutos após o término das aulas;

O serviço que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021, com suas posteriores alterações.

A entrega deverá ocorrerá de acordo com a ordem de fornecimento emitida pelo Chefe do Setor de Compras, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada conforme demanda;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES
- A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento estipulado neste instrumento de contrato pelos serviços que forem executados corretamente pela CONTRATADA.
- A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, objeto deste instrumento, em favor da CONTRATANTE, de acordo com as condições previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
- Este contrato de prestação de serviços poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 74 inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.
- A CONTRATADA, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES
9.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:
I - Advertência por escrito;
II- Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado, pelafalta de fornecimento;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.
As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com amulta, nos termos do artigo 156, inc. II da Lei 14.133/2021.
As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLAUSULA DECIMA – DA RESCISÃO
A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, poderá ensejar, também, a sua rescisão, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.
Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL
11.1 - O presente contrato terá vigência até dia 31 de dezembro, com início a partirda data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
12.1 - Aplicam-se ao presente Contrato normas da Lei Federal nº 14133/21.

CLÁSUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO EFINANCEIRO E REAJUSTE
13.1 –O presente contrato não será reajustado durante o decorrer de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO
14.1 - Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Senador Firmino/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dores do Turvo/MG, xxxxxxxxxx de 2026.

_____
Município Dores do Turvo
Kallil Dahier Moreira Cunha – Prefeito Municipal

_____
Contratada

Testemunhas:

Nome:_____CPF: _____

Nome:_____CPF: _____

FLS 64

ANEXO III
PROPOSTA

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026
OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Menor preço por Item/ KM

Dados da Empresa

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitario	Valor Total

Validade da proposta: **CONFORME EDITAL**

Valor da Proposta: R$ xxxxxxx (valor por extenso)

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.
DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Local data:_____
Assinatura: _____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

ANEXO IV – DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

(fora do envelope)

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____-__, com sede na _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência A Lei nº14133/2021.

Local – data ___/____/_____

(a)_____
Assinatura e identificação do declarante

ANEXO V – CREDENCIAMENTO

(fora do envelope)

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026
OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____(endereço completo), representado pelo Srº _____ qualificação completa), vem pelo presente credenciar o Sr. _____, RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, (qualificação completa) junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Local, ____ de _____2026

_____
Assinatura e identificação do responsável

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 67

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

(dentro envelope 02)

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026
OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____(endereço completo), **DECLARA**:

- Para fins do disposto na Lei nº 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;

- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Local, ____ de _____ de 2026

Assinatura e identificação do responsável

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 68

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(fora do envelope)
Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026
OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

A Pessoa Jurídica _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na _____, nº _____, _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, nacionalidade (a), estado civil (a), cargo, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte .

Local, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Representante Legal e Identificação

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 69

Documento de Formalização de Demanda

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE DORES DO TURVO, MG.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustivel, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Dores do Turvo MG, 05 de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 70

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

30 de junho de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender, de forma eficiente e continua, as demandas de deslocamento das Secretarias Municipais, visando assegurar a execução de atividades administrativas, operacionais e institucionais que dependem de transporte eventual.

Considerando a insuficiência ou indisponibilidade de frota própria para suprir integralmente tais demandas, bem como a necessidade de garantir maior economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte.

A contratação compreende a locação de veículo com condutor, incluindo o fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, além de todos os encargos necessários ao pleno funcionamento do serviço, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.

Destaca-se que a medida contribui para a otimização dos recursos públicos, evitando custos elevados com aquisição, manutenção e gestão de frota própria, além de assegurar maior agilidade e qualidade no atendimento das demandas das Secretarias Municipais.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se essencial para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	SERVIÇOS - Microonibus minino 20 lugares municipal	Km	15000
002	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minino 20 lugares intermunicipal	km	15000
003	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	km	15000
004	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	km	15000
005	SERVIÇOS - Transporte Van 15 lugares intermunicipal	km	15000

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETARIO DE TRANSPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 03

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veiculo com condutor, fornecimento de combustivel, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

Dores do Turvo MG, 05 de janeiro de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo atender às demandas operacionais das Secretarias Municipais, garantindo a realização de deslocamentos eventuais com eficiência, segurança e economicidade.

Diante da necessidade de transporte para execução de atividades institucionais, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte eventual, por meio da locação de veículos com condutor, incluindo o fornecimento de combustível, bem como a realização de manutenção preventiva e corretiva dos veículos.

A contratação visa assegurar a continuidade dos serviços públicos, possibilitando o atendimento de atividades administrativas, técnicas e operacionais que demandam deslocamento, em conformidade com a legislação de trânsito vigente e demais normas aplicáveis.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRANSPORTE .

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte eventual justifica-se pela necessidade de assegurar o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, especialmente aquelas que demandam deslocamentos frequentes para atendimento de demandas administrativas, técnicas e operacionais.

A indisponibilidade ou insuficiência de frota própria, aliada à necessidade de otimização de recursos públicos, torna imprescindível a locação de veículos com condutor, incluindo o fornecimento de combustível e a manutenção preventiva e corretiva, garantindo maior eficiência, segurança e

continuidade na prestação dos serviços públicos.

A solução proposta contribui para a melhoria da gestão logística, redução de custos indiretos com manutenção de frota própria e maior flexibilidade no atendimento das demandas variáveis da Administração Pública, observando-se integralmente a legislação de trânsito vigente e demais normas aplicáveis.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

N° Item	Descrição	UND	Quantidade
001	SERVIÇOS - Microonibus minino 20 lugares municipal	Km	15000
002	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minino 20 lugares intermunicipal	km	15000
003	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	km	15000
004	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	km	15000
005	SERVIÇOS - Transporte Van 15 lugares intermunicipal	km	15000

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha pela contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte eventual, mediante locação de veículos com condutor, mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

Sob o aspecto técnico, a solução garante a disponibilidade imediata de veículos em condições adequadas de uso, com manutenção preventiva e corretiva já incluídas, além de condutores devidamente habilitados e capacitados, assegurando maior segurança, confiabilidade e conformidade com a legislação de trânsito vigente. Ademais, transfere à contratada a responsabilidade pela gestão da frota, reduzindo riscos operacionais e a necessidade de estrutura administrativa interna para esse fim.

Do ponto de vista econômico, a locação de veículos com serviços agregados elimina custos fixos relacionados à aquisição de frota própria, depreciação, seguros, manutenção, contratação de motoristas e gestão logística. Permite, ainda, maior previsibilidade orçamentária, com pagamentos vinculados à efetiva utilização dos serviços, além de proporcionar melhor alocação de recursos públicos e maior eficiência no gasto.

Destaca-se também que a solução apresenta maior flexibilidade para atendimento de demandas variáveis das Secretarias Municipais, evitando ociosidade de veículos e otimizando o uso dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a contratação proposta revela-se a alternativa mais eficiente, econômica e adequada para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados.

7. RESPONSÁVEIS

LUCAS FERREIRA TEIXEIRA
SECRETARIA DO TRANSPORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 15

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 05 de janeiro de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 76

Encaminhamento para parecer jurídico:

Encaminhamos a presente Licitação Processo nº. 067/2026, na modalidade Pregão Presencial nº 001/2026, Registro de Preço, tipo menor preço por Item / KM para apreciação e emissão de Parecer quanto à continuação do Processo.

Município de Dores do Turvo, 24 de abril de 2026.

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 28, I, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

I. RELATÓRIO

O presente parecer refere-se à análise jurídica preliminar acerca do procedimento licitatório a ser realizado presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, sob o critério de julgamento de menor preço, cujo objeto consiste no "Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor".

A Administração Municipal, por meio de suas Secretarias demandantes, promoveu a fase interna do certame, tendo sido elaborados, de forma regular, o Documento de Formalização de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a Pesquisa de Preços e os memorandos internos de encaminhamento e justificativa, todos devidamente juntados ao processo administrativo. As cotações de preços foram realizadas junto a fornecedores efetivamente atuantes no mercado pertinente, observando os procedimentos de pesquisa consagrados na legislação e nas

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG
Fls 18

boas práticas administrativas, de modo a assegurar a estimativa de valor compatível com a realidade de mercado.

Submetem-se, assim, tais documentos e atos preparatórios à apreciação desta Assessoria Jurídica, para emissão de parecer preliminar, com vistas a aferir a conformidade legal do planejamento realizado e a viabilidade jurídica de deflagração da fase externa da licitação.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A emissão de parecer jurídico em processos licitatórios insere-se no dever de controle de legalidade dos atos administrativos, conferido à assessoria jurídica do Município, cuja atuação deve pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal. O assessor jurídico, ao se manifestar sobre a regularidade dos atos preparatórios, exerce função consultiva essencial para a tomada de decisão pela autoridade competente, conferindo segurança jurídica ao procedimento e prevenindo nulidades e responsabilidades decorrentes de eventuais ilegalidades.

No âmbito das licitações e contratos administrativos, a Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seus arts. 5º, 18 e seguintes, a necessidade de planejamento prévio, com a elaboração de documentos específicos que demonstrem a necessidade, a viabilidade e a adequação da futura contratação, competindo à assessoria jurídica verificar se tais documentos atendem aos requisitos legais e se o procedimento encontra-se em consonância com os princípios licitatórios. No caso em exame, observa-se que a Administração pretende instituir registro de preços para serviços de transporte eventual, com fornecimento de veículo, condutor, combustível e manutenção, o que se enquadra como contratação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A escolha do critério de julgamento pelo menor preço revela-se adequada ao objeto, haja vista tratar-se de contratação em que o fator determinante é o valor ofertado, desde que observadas as especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, em consonância com o art. 33, inciso I, da referida lei. Além

disso, a adoção do sistema de registro de preços coaduna-se com a natureza eventual e variável da demanda, permitindo à Administração contratar os serviços à medida de suas necessidades, sem a obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado, alinhando-se ao art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que disciplina a possibilidade de utilização desse sistema para contratações de serviços comuns e frequentes.

No que tange à fase de planejamento, constata-se que foram produzidos o Documento de Formalização de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a Pesquisa de Preços e os memorandos internos, todos indispensáveis para a adequada definição do objeto e para a demonstração da necessidade e da vantajosidade da contratação. O Documento de Formalização de Demanda apresenta a justificativa da contratação, vinculando-a às necessidades das Secretarias Municipais e evidenciando o interesse público a ser atendido. O Estudo Técnico Preliminar, por sua vez, examina as alternativas disponíveis, a viabilidade técnica, a estimativa de demanda e os possíveis riscos, atendendo ao disposto nos arts. 18 a 20 da Lei nº 14.133/2021, que determinam que a Administração planeje suas contratações com base em estudos que subsidiem a decisão de contratar.

O Termo de Referência, peça nuclear da licitação, descreve o objeto de forma clara, precisa e suficiente, estabelecendo as condições de execução dos serviços, as características mínimas dos veículos, as exigências quanto à habilitação técnica e jurídica dos licitantes, as obrigações da contratada e da Administração, bem como as condições de fiscalização e penalidades, em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, e art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

Observa-se, ainda, que foram inseridas no Termo de Referência as exigências relativas à legislação de trânsito em vigor, notadamente o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e demais normas correlatas, com a exigência de que os veículos e condutores estejam devidamente regularizados, assegurando a segurança dos usuários e a conformidade com as normas de tráfego e transporte.

A Pesquisa de Preços foi efetuada junto a fornecedores aptos e atuantes no mercado, por meio de cotações que refletem a realidade local e regional, atendendo às diretrizes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que exige a estimativa de custos como parâmetro para a licitação e para o julgamento das propostas, mitigando riscos de

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 80

sobrepreço ou superfaturamento. Os memorandos internos demonstram o fluxo decisório dentro da Administração, evidenciando que as áreas técnicas e requisitantes se manifestaram favoravelmente à contratação, bem como que houve a autorização para a abertura do procedimento licitatório.

No que concerne à forma de realização da licitação, a opção pela sessão presencial encontra respaldo na legislação, desde que asseguradas a publicidade, a competitividade e a isonomia entre os licitantes, princípios que informam todo o regime licitatório. A jurisprudência dos Tribunais de Contas, inclusive do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tem reiteradamente ressaltado a importância da adequada fase interna de planejamento como condição de validade da fase externa da licitação, exigindo que o processo contenha justificativas, estudos, termos de referência e pesquisas de preços devidamente fundamentados, sob pena de responsabilização dos gestores em caso de falhas ou omissões.

Em suma, a análise dos documentos acostados evidencia que a Administração observou a legislação aplicável e as boas práticas de gestão, competindo a esta Assessoria, no exercício de seu munus consultivo, chancelar, sob o prisma jurídico, a regularidade dos atos até aqui praticados, sem prejuízo do acompanhamento posterior das demais fases do certame.

III. CONCLUSÃO

À luz dos fatos narrados e da fundamentação jurídica expendida, conclui-se que os documentos que instruem a fase interna do procedimento licitatório em questão foram elaborados em consonância com a legislação vigente, em especial com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Não se identificam vícios formais ou materiais que possam comprometer a legalidade do procedimento ou justificar a suspensão ou correção dos atos de planejamento.

Nesse contexto, esta Assessoria Jurídica manifesta-se favoravelmente à aprovação de todos os documentos iniciais da fase de planejamento e, por conseguinte, à deflagração da fase externa da licitação, autorizando-se a publicação do edital e a

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 81

realização da sessão presencial sob o critério de menor preço, observadas as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis.

É o parecer, salvo melhor juizo.

Dores do Turvo/MG, 27 de abril de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Junior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 82

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 067/2026
PREGÃO PRESENCIAL 015/2026
MENOR PREÇO POR ITEM / KM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025
OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO torna público que às 08h00min (oito horas) do dia 13 (treze) de maio de 2026, na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55, centro, em Dores do Turvo/MG, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 14133/21, promoverá abertura de Licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL, Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veiculo com condutor, fornecimento de combustivel, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

O Edital completo poderá ser examinado e solicitado na Prefeitura de Dores do Turvo. Mais informações pelo telefone 0800 032 3040 a partir das 10h00min ou pelo e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

Dores do Turvo, 27 de abril de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

- CERTIDÃO –

Certifico e dou fé que o instrumento convocatório referente ao Processo nº 067/2026, modalidade Pregão Presencial nº 015/2026, foi publicado e afixado na integra no Quadro de Avisos do Município, nesta data. Por ser verdade firmo a presente.

Dores do Turvo, 27 de abril de 2026

Edmar Antônio Venâncio
Membro Apoio

Edital nº 67/2026

Última atualização 27/04/2026

Local: Dores do Turvo/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE DORES DO TURVO **Unidade compradora:** 1 - Secretaria

Modalidade da contratação: Pregão - Presencial **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 27/04/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 13/05/2026 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 13/05/2026 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 18128249000142-1-000051/2026 **Fonte:** Planejar Consultores Associados Ltda

Justificativa da Modalidade Presencial:

Lei Federal 14133/2021. Decreto Municipal 003/2026. Certame será filmado e transmitido em tempo real.

Objeto:

Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 585.000,00	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	SERVIÇOS - Microonibus minimo 20 lugares municipal (01 veiculo)	15000	R$ 7,27
2	SERVIÇOS - Transporte Microonibus minimo 20 lugares intermunicipal	15000	R$ 7,50
3	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	15000	R$ 9,01
4	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal	15000	R$ 8,75
5	SERVIÇOS - Transporte Van 15 lugares intermunicipal	15000	R$ 6,47

Exibir 5 | 1-5 de 5 itens | Página: 1

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo referido diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, órgão colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma comunidade direta legal, homologado pelos indicados e compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Rede Nacional de Contratações Públicas

Serpro

Texto disponível e exibido de forma [illegible] mudanças relevantes à licença de uso.

Diário Oficial Eletrônico

Município de Dores do Turvo – Minas Gerais

(Lei Municipal n° 950, de 09/11/2017)

Diário Oficial da PM de Dores do Turvo – N° 1369 segunda-feira, 27 de abril de 2026

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, Processo licitatório nº 067/2026 Pregão Presencial nº 015/2026, que será realizado dia 13/05/2026, as 08:00 na sede da Prefeitura Municipal Tipo Menor preço por item / KM. Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor. O edital esta no site oficial do Município (www.doresdoturvo.mg.gov.br); PNCP e sala de licitação da Prefeitura Rua Paulo F. de Faria, nº 55, centro. Inf. e-mail: licitação@doresdoturvo.mg.gov.br. Dores do Turvo, 27/04/2026. Samuel A. Pires – Pregoeiro

MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142
Dados: 2026.04.27 18:21:07 -03'00'

JP TURISMO

JP TURISMO LTDA
RUA JESUINO FERREIRA MENDES, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 58.637.870/0001-56
TEL: (32) 98403-9874

FLS 86

ANEXO IV – DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

JP TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **58.637.870/0001-56**, com sede na **Rua Jesuino Ferreira Mendes**, declara, sob as penas da lei, que, na presente data, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, em obediência A Lei nº14133/2021.

Dores do Turvo, 12 de maio de 2026.

João Paulo Moreira Oliveira

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL
CPF – 103.878.956-71 C.I – MG-16.845.141 SSPMG

JP TURISMO

JP TURISMO LTDA
RUA JESUINO FERREIRA MENDES, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 58.637.870/0001-56
TEL: (32) 98403-9874

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 84

ANEXO V – CREDENCIAMENTO

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

JP TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **58.637.870/0001-56**, com sede na **Rua Jesuino Ferreira Mendes,** representado pelo Srº **Joao Paulo Moreira Oliveira**, brasileiro, casado, empresário, vem pelo presente credenciar o Sr. **Joao Paulo Moreira Oliveira**, RG nº **MG-16.845.141 SSPMG**, inscrito no CPF sob o nº **103.878.956-71,** brasileiro, casado, empresário, junto a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, em referência ao Pregão Presencial acima identificado, tendo o mesmo poderes de efetuar lances, assinar atas e recursar caso conveniente.

Dores do Turvo, 12 de maio de 2026.

João Paulo Moreira Oliveira

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL
CPF – 103.878.956-71 C.I – MG-16.845.141 SSPMG

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSIO - SENA 4.4

gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO/DRIVER LICENSE/PERMISO DE CONDUCCIÓN

D

2532084354

2532084354

MINAS GERAIS

I<BRA048024594<802<<<<<<<<<<<<
9108150M3212275BRA<<<<<<<<<<<4
JOAO<<PAULO<NOREIRA<OLIVEIRA<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em https://www.serpro.gov.br/assinador-digital

SERPRO/SENATRAN

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - GABINETE - Fls. 89

NIRF (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: JP TURISMO LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2500497990

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

DORES DO TURVO
Local

5 JUNHO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216590383 e protocolo 253675760 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A658412F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NaXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/367.526-0	MGP2500497980	05/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA
103.878.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31218590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216590383 e protocolo 253675250 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B9412F9A8571CA58F6. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 91

ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA

JP TURISMO LTDA
CNPJ: 58.637.870/0001-56

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA, brasileiro, Casado em Comunhão Parcial de Bens, nascido em 15/08/1991, CPF: 103.878.956-71, residente e domiciliado na rua Jesuino Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG, 36.513-000, empresario individual da empresa que gira sob a denominação de **JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA**, registrada na JUCEMG sob o nº31112826321 e CNPJ Nº 58.637.870/0001-56 com sede social a Jesuíno Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG, 36.513-000, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE LIMITADA, uma vez que admitiu o sócio:
AIRTON AMARAL MOREIRA, brasileiro, casado em Comunhão Parcial de Bens, empresário, CPF nº 038.479.566-80, carteira de identidade nº M-9110092 expedida pela SSP-MG, nascido aos 24/12/1974, residente e domiciliado à rodovia MG 280 Nº1317 , cachoeira do engenho, em Dores do Turvo-MG, CEP. 36513-000.

Resolvem alterar por transformação o Empresário Individual passando a constituir o tipo jurídico de Sociedade Empresária Limitada mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª Fica transformado de Empresário em SOCIEDADE LIMITADA, sobo nome empresarial **JP TURISMO LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes, assumindo a responsabilidade de todo acervo do Empresário sucedido, inclusive do capital social informado na cláusula seguinte, garantindo todos os direitos a seus credores e mantendo os móveis, utensílios e acessórios, sem haver interrupção de continuidade de espécie alguma.

CLÁUSULA 2ª O capital do Empresário Individual no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) passa a constituir o capital da Sociedade Limitada sendo dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 1.00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, distribuido entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR
JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA	90.000	R$ 90.000,00
AIRTON AMARAL MOREIRA	10.000	R$ 10.000,00
TOTAL	100.000	R$ 100.000,00

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31218590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31218590383 e protocolo 253675260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25317B6572AB9412F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art.1.052 CC/2002.

CLÁUSULA 3ª - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único - Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria dos sócios

CLÁUSULA 4ª - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra asrelações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Para tanto, passa a transcrever, na integra, o Contrato Social da referida SOCIEDADE LIMITADA, com o teor a seguir:

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA

JP TURISMO LTDA
CNPJ: 58.637.870/0001-56

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA, brasileiro. Casado em Comunhão Parcial de Bens, nascido em 15/08/1991, CPF: 103.878.956-71, residente e domiciliado na rua Jesuino Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG, 36.513-000

AIRTON AMARAL MOREIRA, brasileiro, casado em Comunhão Parcial de Bens, empresário, CPF nº 038.479.566-80, carteira de identidade nº M-9110092 expedida pela SSP-MG, nascido aos 24/12/1974, residente e domiciliado à rodovia MG 280 Nº1317, cachoeira do engenho, em Dores do Turvo-MG, CEP. 36513-000.

Resolvem, em comum acordo, apresentar o contrato social da SOCIEDADE LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial **JP TURISMO LTDA** e com sede social rua Jesuino Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG. 36.513-000

CLÁUSULA 2ª - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA. Nire 31216590383 e protocolo 253675286 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1DA2534786572A6D9412F9A6571CA58Fb. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.528-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DURES DO TANQUE - MG
Fls. 93

CLÁUSULA 3ª - O capital social é no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reias), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, distribuido entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR
JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA	90.000	R$ 90.000,00
AIRTON AMARAL MOREIRA	10.000	R$ 10.000,00
TOTAL	100.000	R$ 100.000,00

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art.1.052 CC/2002.

CLÁUSULA 4ª - As quotas são indivisiveis e não poderão ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a terceiros, sem expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA 5ª - A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: **TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL.**

CLÁUSULA 6ª - A sociedade tem prazo de duração ideterminado, com inicio das atividades em 06/01/2025.

CLÁUSULA 7ª - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA,** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo primeiro - Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria dos sócios

Parágrafo segundo - No exercicio da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a titulo de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes

CLÁUSULA 8ª - Ao término de cada exercicio, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

CLÁUSULA 9ª - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 06/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA. Nire 31216590383 e protocolo 253675260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B572A869412F9A8571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra asrelações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 10 - Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com o sócio remanescente, os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA 11 - Fica eleito o foro de Senador Firmino – MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA 12 – Os sócios declaram que a sociedade se enquadra no porte ME – MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em via única.

Dores do Turvo, 05 de Junho de 2025.

João Paulo Moreira Oliveira

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA

AIRTON AMARAL MOREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA. Nire 31216590383 e protocolo 253675280 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A3B9412F8A6571CA58F8. Marinaly de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/387.529-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinaly de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

95

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/367.525-0	MGP2500497990	05/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA
103.878.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590363 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216590385 e protocolo 255675260 - 05/06/2025. Efetos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A658412F9A6571CA58FB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.525-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORES DO TURISMO - MG
Fls. 96

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JP TURISMO LTDA, de NIRE 3121659038-3 e protocolado sob o número 25/367.526-0 em 05/06/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31216590383, em 09/06/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador HUGO NEVES ROCHA.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa do Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
103.878.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
103.878.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA

Belo Horizonte, segunda-feira, 09 de junho de 2025

SRM

Documento assinado eletrônicamente por HUGO NEVES ROCHA, Servidor(a) Público(a), em 09/06/2025, às 08:56 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/367.526-0.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216590383 e protocolo 253675230 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5CF1BA25347B6572A8B912F6A8571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

FLS. 94

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 09 de junho de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA. Nire 31216590383 e protocolo 253875290 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B8412F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25387.529-0 e o código de segurança NeXr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral.

JP TURISMO

JP TURISMO LTDA
RUA JESUINO FERREIRA MENDES, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 58.637.870/0001-56
TEL: (32) 98403-9874

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 98

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

A Pessoa Jurídica, **JP TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **58.637.870/0001-56**, com sede na **Rua Jesuino Ferreira Mendes,** neste ato representada pelo Srº **Joao Paulo Moreira Oliveira**, brasileiro, casado, empresário, DECLARA, sob as penas da Lei, que goza dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, por se tratar de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte.

Dores do Turvo, 12 de maio de 2026.

João Paulo Moreira Oliveira

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL
CPF – 103.878.956-71 C.I – MG-16.845.141 SSPMG

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 99

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: JP TURISMO LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
58.637.870/0001-56	06/01/2025	06/01/2025

Endereço Completo:
RUA JESUINO FERREIRA MENDES 137 - BAIRRO CENTRO CEP 36513-000 - DORES DO TURVO/MG

Objeto Social:
TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS SOB REGIME DE FRETAMENTO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS		
Capital Integralizado: R$ 100.000,00 CEM MIL REAIS	MICRO EMPRESA	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Térm. Mandato
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA	R$ 10.000,00	SOCIO	xxxxxxx
103.878.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA	R$ 90.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Térm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA
Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 09/06/2025
Número: 31216590383

Ato 002 - ALTERACAO
Evento(s) 020 - ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
2003 - ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
046 - TRANSFORMACAO

NADA MAIS

Belo Horizonte, 13 de Maio de 2026 00:49

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C26000136729O e visualize a certidão)

26/339.181-7

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JP TURISMO

JP TURISMO LTDA
RUA JESUINO FERREIRA MENDES, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 58.637.870/0001-56
TEL: (32) 98403-9874

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG
Fls 101

ANEXO III – PROPOSTA

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL – JP TURISMO LTDA
CNPJ – 49.728.291/0001-28
ENDEREÇO – Rua Jesuino Ferreira Mendes, 137, Centro, Dores do Turvo – MG.
TEL: (32) 98403-9874 E-MAIL: castroemoreira-contabilidade@hotmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
003	SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares intermunicipal	15.000	R$9,01	R$135.150,00
~~004~~	~~SERVIÇOS - Transporte Onibus minimo 46 lugares municipal~~	~~15.000~~	~~R$8,75~~	~~R$131.250,00~~

Validade da proposta: **CONFORME EDITAL**
Valor da Proposta: RS 266.400,00 (duzentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais)
Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estar ciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Dores do Turvo, 12 de maio de 2026.

João Paulo Moreira Oliveira

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL
CPF – 103.878.956-71 C.I – MG-16.845.141 SSPMG

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 103

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: JP TURISMO LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2500497990

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	202			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		048	1	TRANSFORMACAO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2031	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

DORES DO TURVO
Local

5 JUNHO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____ Data Responsável

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216590383 e protocolo 253675260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347D8572A6B3412F9A6571CA5BF8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança MeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 104

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/367.526-0	MGP2500497990	05/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA
103.878.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 3121659038 3 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 3121659038 3 e protocolo 253675260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A8B3412F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls.. 105

ALTERAÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE LIMITADA

JP TURISMO LTDA
CNPJ: 58.637.870/0001-56

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA, brasileiro, Casado em Comunhão Parcial de Bens, nascido em 15/08/1991, CPF: 103.878.956-71, residente e domiciliado na rua Jesuíno Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG, 36.513-000, empresario individual da empresa que gira sob a denominação de **JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA**, registrada na JUCEMG sob o nº31112826321 e CNPJ Nº 58.637.870/0001-56 com sede social a Jesuíno Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG, 36.513-000, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE LIMITADA, uma vez que admitiu o sócio:
AIRTON AMARAL MOREIRA, brasileiro, casado em Comunhão Parcial de Bens, empresário, CPF nº 038.479.566-80, carteira de identidade nº M-9110092 expedida pela SSP-MG, nascido aos 24/12/1974, residente e domiciliado á rodovia MG 280 Nº1317 , cachoeira do engenho, em Dores do Turvo-MG, CEP. 36513-000.

Resolvem alterar por transformação o Empresário Individual passando a constituir o tipo jurídico de Sociedade Empresária Limitada mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª Fica transformado de Empresário em SOCIEDADE LIMITADA, sobo nome empresarial **JP TURISMO LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes, assumindo a responsabilidade de todo acervo do Empresario sucedido, inclusive do capital social informado na cláusula seguinte, garantindo todos os direitos a seus credores e mantendo os móveis, utensilios e acessórios, sem haver interrupção de continuidade de espécie alguma.

CLÁUSULA 2ª O capital do Empresário Individual no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) passa a constituir o capital da Sociedade Limitada sendo dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do pais, distribuido entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR
JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA	90.000	R$ 90.000,00
AIRTON AMARAL MOREIRA	10.000	R$ 10.000,00
TOTAL	100.000	R$ 100.000,00

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31218590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31218590383 e protocolo 253675280 - 05/06/2025. Ehenas do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B9412F9A6571DA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art.1.052 CC/2002.

CLÁUSULA 3ª - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único - Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria dos sócios

CLÁUSULA 4ª - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade. por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente. o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra asrelações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Para tanto, passa a transcrever, na integra, o Contrato Social da referida SOCIEDADE LIMITADA, com o teor a seguir:

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA

JP TURISMO LTDA
CNPJ: 58.637.870/0001-56

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA, brasileiro, Casado em Comunhão Parcial de Bens, nascido em 15/08/1991, CPF: 103.878.956-71, residente e domiciliado na rua Jesuino Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG, 36.513-000

AIRTON AMARAL MOREIRA, brasileiro, casado em Comunhão Parcial de Bens, empresário, CPF nº 038.479.566-80, carteira de identidade nº M-9110092 expedida pela SSP-MG, nascido aos 24/12/1974, residente e domiciliado à rodovia MG 280 Nº1317, cachoeira do engenho, em Dores do Turvo-MG, CEP. 36513-000.

Resolvem, em comum acordo, apresentar o contrato social da SOCIEDADE LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial **JP TURISMO LTDA** e com sede social rua Jesuino Ferreira Mendes ,137, centro- Dores do Turvo-MG, 36.513-000

CLÁUSULA 2ª - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216560383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216560383 e protocolo 253675260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/05/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B912F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25367.528-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

CLÁUSULA 3ª - O capital social é no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reias), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR
JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA	90.000	R$ 90.000,00
AIRTON AMARAL MOREIRA	10.000	R$ 10.000,00
TOTAL	100.000	R$ 100.000,00

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art. 1.052 CC/2002.

CLÁUSULA 4ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a terceiros, sem expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA 5ª - A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: **TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL.**

CLÁUSULA 6ª - A sociedade tem prazo de duração ideterminado, com início das atividades em 06/01/2025.

CLÁUSULA 7ª - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA**, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo primeiro - Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria dos sócios

Parágrafo segundo - No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes

CLÁUSULA 8ª - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

CLÁUSULA 9ª - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA. Nire 31216590383 e protocolo 253675260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B9412F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra asrelações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 10 - Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com o sócio remanescente, os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA 11 - Fica eleito o foro de Senador Firmino – MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA 12 – Os sócios declaram que a sociedade se enquadra no porte ME – MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em via única.

Dores do Turvo, 05 de Junho de 2025.

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA

AIRTON AMARAL MOREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216590383 e protocolo 253675280 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B9412F9A6571CA56F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/067.528-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 109

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/367.526-0	MGP2500497990	05/06/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA
103.878.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216580383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216580383 e protocolo 253675260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA2534786572A6B9412F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JP TURISMO LTDA, de NIRE 3121659038-3 e protocolado sob o número 25/367.526-0 em 05/06/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31216590383, em 09/06/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador HUGO NEVES ROCHA.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
103.978.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
103.978.956-71	JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
038.479.566-80	AIRTON AMARAL MOREIRA

Belo Horizonte, segunda-feira, 09 de junho de 2025

Documento assinado eletrônicamente por HUGO NEVES ROCHA, Servidor(a) Público(a), em 09/06/2025, às 08:56 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de servicos da jucemg informando o número do protocolo 25/367.526-0.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 31216590383 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 31216590383 e protocolo 259875260 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B8412F8A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

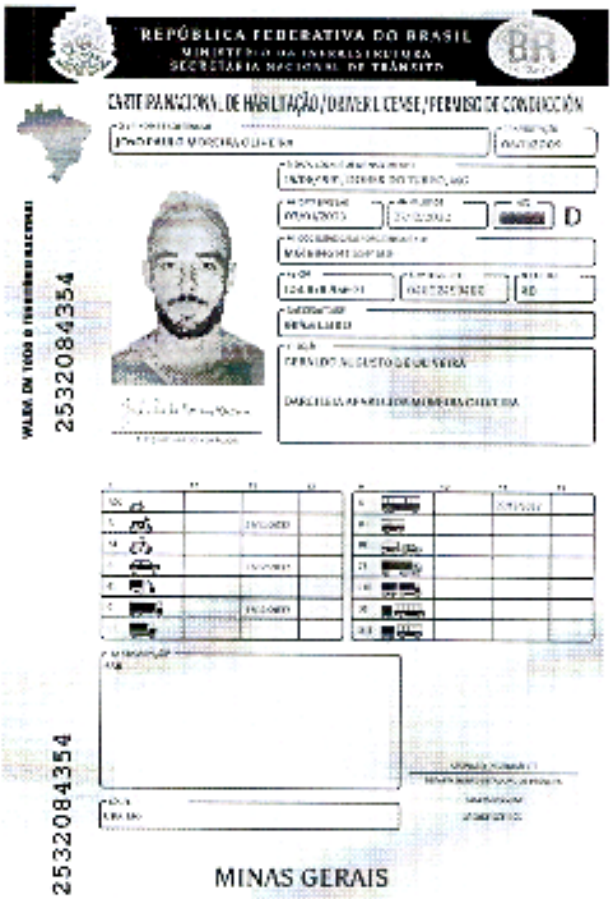
Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 09 de junho de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 3121659038 3 em 09/06/2025 da Empresa JP TURISMO LTDA, Nire 3121659038 3 e protocolo 253675760 - 05/06/2025. Efeitos do registro: 05/06/2025. Autenticação: 5EF1BA25347B6572A6B3412F9A6571CA58F8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/367.526-0 e o código de segurança NeXk Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/06/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO · SENATRAN

I<BRA0480245944802<<<<<<<<<<<
9108150M3212275BRA<<<<<<<<<<<4
JOAO<<PAULO<MORETRA<OLIVEIRA<<

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSIT0 - SENATRAN

gov.br



I<BRA038088436<04<<<<<<<<<<<<
74" 2246M3401033BRA<<<<<<<<<<2
AIRTON<<AMARAL<MOREIRA<<<<<<<<

QR-CODE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
FLS. 113

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
58.637.870/0001-66 MATRIZ		06/01/2025

NOME EMPRESARIAL
JP TURISMO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
JP TURISMO	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JESUINO FERREIRA MENDES	137	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.513-000	CENTRO	DORES DO TURVO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CASTROEMOREIRA-CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	(32) 8403-9874

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	06/01/2025

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A discussão de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atenda aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria estabelecida ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/03/2026** às **15:32:34** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 114

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 115

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JP TURISMO LTDA
CNPJ: 58.637.870/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:17:42 do dia 06/08/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/02/2026.
Código de controle da certidão: **8E03.2CE1.E245.7E41**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão
10/03/2026

Data de validade
08/06/2026

Razão Social
JP TURISMO LTDA

CNPJ
58.637.870/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: https://cdt.fazenda.mg.gov.br > Validar CDT

Código de controle de autenticidade
A4B8-1B16-D847-A861-0602-BB61-98FA-650A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br
Departamento: Setor de Tributos - Secretaria De Finanças e Fazenda

Exercício: 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 117

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS
AMPLA
Nº 00000120/2026

Certificamos para devidos fins que se fazem necessários, até a presente data, que em nome do referido contribuinte existe(m) débito(s) para com os cofres do município.

CONTRIBUINTE

Contribuinte: JP TURISMO LTDA
CPF/CNPJ: 58.637.870/0001-56

ENDEREÇO CONTRIBUINTE

Rua RUA JESUINO FERREIRA MENDES, Nº 137
Bairro: Centro **CEP:** 36.513-000
Cidade: Dores do Turvo **Distrito:** Município Sede **UF:** MG

OBSERVAÇÃO

Certifica-se, para devidos fins que se fazem necessarios, que existe(m) débito(s) até a presente data.
Débitos NFEletrônica: Irregular

DATA DE EMISSÃO: 12/05/2026 **DATA DE VALIDADE: 10/08/2026**

- Fica ressalvado à Fazenda Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após a emissão deste.
- Qualquer rasura invalida o presente documento.
- Documento valido por 90 dias.

Dores do Turvo, 12 de Maio de 2026

Autoridade Responsável
Samuel Abraao Pires
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula: 2145

18.128.249/0001-42
PREFEITURA DE DORES DO TURVO/MG
Tributos, Obras e Posturas
Rua Paulo Fernandes de Faria, 55
Centro - CEP 36.513-000
Dores do Turvo - Minas Gerais

Voltar | Imprimir

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 118

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 58.637.870/0001-56
Razão Social: JP TURISMO LTDA
Endereço: RUA JESUINO FERREIRA MENDES 137 / CENTRO / DORES DO TURVO / MG / 36513-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/04/2026 a 24/05/2026

Certificação Número: 2026042501166355782023

Informação obtida em 12/05/2026 10:01:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Página nº Fls. 119

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JP TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 58.637.870/0001-56
Certidão nº: 15333306/2026
Expedição: 10/03/2026, às 15:29:59
Validade: 06/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JP TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **58.637.870/0001-56, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SENADOR FIRMINO

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: JP TURISMO LTDA
CNPJ: 58.637.870/0001-56

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 10 de Março de 2026 às 15:31

SENADOR FIRMINO, 10 de Março de 2026 às 15:31

Código de Autenticação: 2603-1015-3113-0609-0894

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

JP TURISMO

JP TURISMO LTDA
RUA JESUINO FERREIRA MENDES, CENTRO, DORES DO TURVO-MG
CNPJ: 58.637.870/0001-56
TEL: (32) 98403-9874

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 121

ANEXO VI - DECLARAÇÕES DE QUE NÃO EMPREGA MENOR, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, DE IDONEIDADE, DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA E DE QUE CONCORDA COM OS TERMOS DO EDITAL.

Processo nº 067/2026
Pregão Presencial 015/2026

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veiculo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

JP TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **58.637.870/0001-56**, com sede na **Rua Jesuino Ferreira Mendes, DECLARA:**

- Para fins do disposto na Lei nº 14133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos salvo condição de aprendiz;
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Sob as penas da lei, que, na presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório, inclusive não está proibido de contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Sob as penas da Lei, que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, e nem suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregada de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
-Expressamente que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

Dores do Turvo, 12 de maio de 2026.

João Paulo Moreira Oliveira

JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL
CPF – 103.878.956-71 C.I – MG-16.845.141 SSPMG

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 067/2026.

PROCESSO Nº 067/2026
PREGÃO PRESENCIAL 015/2026
MENOR PREÇO POR ITEM/KM
REGISTRO DE PREÇO.
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21
DECRETO MUNICIPAL: 003/2025

ESCOPO

No dia treze de maio de 2026 às 08:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro juntamente com sua CPL (Comissão Permanente de Licitação), da PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES TURVO, para julgamento Proposta e Habilitação dos licitantes participantes do processo de licitação nº 067/2026, pregão presencial nº 015/2026 cujo objetivo do certame é o Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veículo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

PARTICIPANTES

Participaram da sessão de habilitação juntamente com o Pregoeiro Samuel Abraão Pires e sua CPL Edmar Antônio Venâncio, Maria Andrea de Souza e Mauro Lucio Marques da Cruz.

CREDENCIAMENTO

Compareceu o seguinte licitante:

JP TURISMO LTDA CNPJ Nº 58.637.870/0001-56 representado por Joao Paulo Moreira Oliveira CPF nº 103.878.956-71.

PROPOSTAS

Aberto o envelope 01 Proposta ficou constatado o seguinte:

Item 01 Microonibus minino 20 lugares municipal

JP TURISMO LTDA
NC

Item 02 Transporte Microonibus minino 20 lugares intermunicipal

JP TURISMO LTDA
NC

Item 03 Transporte Ônibus mínimo 46 lugares intermunicipal

JP TURISMO LTDA
R$ 9,01

Item 04 Transporte Ônibus mínimo 46 lugares municipal

JP TURISMO LTDA
R$ 8,75

Item 05 Transporte Van 15 lugares intermunicipal

JP TURISMO LTDA
NC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 067/2026.

Fls 133

RODADA DE LANCES

Para a rodada de lances, foi apurado o seguinte:

Item 03 Transporte Ônibus mínimo 46 lugares intermunicipal
Media do edital R$ 9,01

JP TURISMO LTDA
R$ 9,01
9,01 classificado

Durante a rodada de lances o pregoeiro tentou negociar o valor com o licitante, porém não houve êxito. O mesmo justificou ser por conta do aumento excessivo do diesel.

Item 04 Transporte Ônibus mínimo 46 lugares municipal

JP TURISMO LTDA
R$ 8,75
Pediu desclassificação do item

HABILITAÇÃO

Após a rodada de lances, passamos a fase de habilitação do proponente classificado na fase de lances onde foi constatado:

Empresa JP TURISMO LTDA:
Apresentou Certidão de débito Municipal Positiva e Certidão Federal vencida.

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de nova certidão federal atualizada conforme lei complementar 123/06.

Fica aberto o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação Certidão Municipal Negativa.

Na fase de habilitação foi realizado a consulta do classificado no TCU, CNIA, CNEIS e CNEP onde foi verificado que não há nenhuma ocorrência conforme anexo.

MANIFESTAÇÃO DE RECURSO

Não houve manifestação de recursos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Caso certame seja Adjudicado, será aberto prazo para apresentação da documentação complementar conforme Edital.

Atestamos que conforme lei federal 14133/2021, a licitação foi devidamente filmada e transmitida pelo youtube e site da prefeitura Municipal conforme link:

https://youtube.com/live/Y3nh71Ph-FA?feature=share

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
ATA LICITAÇÃO PROCESSO Nº 067/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 124

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada esta sessão às 08:45 e, para constar é lavrada a presente ata, que uma vez lida e aprovada vai assinada por todos os membros presentes. XXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ASSINATURAS

Pregoeiro / CPL (Comissão Permanente de Licitação)

Samuel Abraão Pires - Pregoeiro

Mauro Lucio Marques da Cruz - MEMBRO

Edmar Antônio Venâncio - MEMBRO

Maria Andrea de Souza – MEMBRO

João Paulo Moreira Oliveira

JP TURISMO LTDA - Joao Paulo Moreira Oliveira

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DO PIAUÍ
Fls. 125

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/05/2026 08:27:01

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **JP TURISMO LTDA**
CNPJ: **58.637.870/0001-56**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: 0800 032 3040 E-mail: tributos@doresdoturvo.mg.gov.br
Departamento: Setor de Tributos - Secretaria De Finanças e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 127

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO DE DÉBITOS MUNICIPAIS

AMPLA

Nº 00000126/2026

Certificamos para devidos fins que se fazem necessários, até a presente data, que em nome do referido contribuinte existe(m) débito(s) negociados para com os cofres do município.

CONTRIBUINTE	
Contribuinte:	JP TURISMO LTDA
CPF/CNPJ:	58.637.870/0001-56

ENDEREÇO CONTRIBUINTE			
Rua RUA JESUINO FERREIRA MENDES, Nº 137		**CEP:**	36.513-000
Bairro: Centro	**Distrito:** Município Sede		
Cidade: Dores do Turvo		**UF:**	MG

OBSERVAÇÃO
Certifica-se, para devidos fins que se fazem necessários, que o(s) débito(s) para com o município encontram-se negociados até a presente data. Débitos NFEletrônica: Regular

DATA DE EMISSÃO: 18/05/2026	DATA DE VALIDADE: 16/08/2026

- Fica ressalvado à Fazenda Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após a emissão deste.
- Qualquer rasura invalida o presente documento.
- Documento válido por 90 dias.

Dores do Turvo, 18 de Maio de 2026

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **https://pm-dturvo.tributos.siplanweb.com.br/cnd/validacao** informando a data de emissão e o código de verificação: **b272628ef55142801825**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 139

PARECER JURÍDICO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 28, I, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual para atender as demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veiculo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme determina a legislação de trânsito em vigor.

I. RELATÓRIO

Vieram os autos do Pregão Presencial nº 015/2026, Processo Administrativo nº 067/2026, instaurado pelo Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, cujo objeto consiste no Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte eventual, destinado ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais, mediante locação de veiculo com condutor, fornecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, conforme a legislação de trânsito em vigor.

Consta dos autos que a fase preparatória do certame foi anteriormente submetida à apreciação jurídica, tendo sido emitido parecer preliminar favorável, com aprovação dos atos e documentos da fase interna da licitação.

A sessão pública ocorreu em 13 de maio de 2026, às 8 horas, na modalidade pregão presencial. Conforme se extrai dos documentos do procedimento, foram colocados em disputa cinco itens. Entretanto, somente os itens 03 e 04 receberam lances, ambos ofertados pela empresa JP Turismo Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 58.637.870.0001-56.

Durante a disputa, a licitante solicitou sua desclassificação em relação ao item 04, o que foi registrado no procedimento, permanecendo válida a classificação apenas

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 130

quanto ao item 03, referente ao transporte de ônibus intermunicipal com mínimo de 46 lugares, pelo valor final de R$ 9,01 por quilômetro.

Não houve manifestação de intenção recursal, tampouco apresentação de razões ou contrarrazões, circunstância que autoriza o prosseguimento regular do procedimento para a fase de adjudicação e homologação pela autoridade competente.

A empresa vencedora apresentou a documentação de credenciamento e habilitação nos moldes exigidos pelo edital, tendo sido considerada habilitada pelo Pregoeiro, conforme os documentos constantes dos autos.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A análise ora realizada tem natureza jurídica final e se limita ao exame de conformidade dos atos praticados na fase externa do procedimento licitatório, sem renovar a apreciação integral da fase interna, já submetida a parecer jurídico preliminar favorável.

De início, cumpre delimitar o papel do assessor jurídico no âmbito das contratações públicas. Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o órgão de assessoramento jurídico exerce função de controle de legalidade, mediante análise dos pressupostos jurídicos indispensáveis à validade do procedimento. Sua manifestação deve ser clara, objetiva e fundamentada, com exposição dos elementos de fato e de direito considerados.

O parecer jurídico não substitui a competência da autoridade administrativa, do Pregoeiro, da equipe de apoio, dos setores técnicos ou do ordenador de despesas. Também não constitui juízo definitivo sobre conveniência, oportunidade, quantitativos, formação de preços, disponibilidade operacional, execução futura do objeto ou avaliação técnica de documentos cuja verificação dependa de conhecimento especializado. Tais matérias permanecem sob responsabilidade dos agentes administrativos competentes, cabendo ao assessor jurídico indicar eventuais vícios de legalidade, desconformidades formais ou riscos jurídicos relevantes que possam comprometer o certame.

Assim, a atuação jurídica possui caráter preventivo, orientador e opinativo, voltado à preservação da legalidade, da segurança jurídica, da isonomia, da competitividade, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da transparência, da eficiência e do interesse público. O pronunciamento jurídico final examina se o procedimento, tal como instruído, apresenta condições legais para ser submetido à autoridade superior para adjudicação, homologação e posterior formalização da contratação.

No caso concreto, o objeto licitado consiste em serviço de transporte eventual, mediante locação de veículo com condutor, combustível e manutenção, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente no edital e no termo de referência. Por essa razão, mostra-se juridicamente adequada a adoção da modalidade pregão, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando se tratar de bens e serviços comuns.

Quanto ao Sistema de Registro de Preços, verifica-se compatibilidade entre o objeto e a finalidade do procedimento, pois a contratação visa atender demandas eventuais das Secretarias Municipais, cuja execução dependerá da necessidade administrativa futura. O registro de preços permite à Administração registrar condições, fornecedores e valores para contratações posteriores, observados o edital, a ata respectiva, a disponibilidade orçamentária no momento da contratação e a manutenção das condições de habilitação.

No que se refere à forma presencial, registra-se que a Lei Federal nº 14.133, de 2021, estabelece preferência pela forma eletrônica, admitindo a forma presencial nas hipóteses legalmente autorizadas e devidamente motivadas, com os registros exigidos pela legislação. Ademais, por se tratar de Município de pequeno porte, há regra transitória aplicável aos entes com população de até vinte mil habitantes, sem prejuízo da necessária observância dos princípios da publicidade, transparência, competitividade e formalização adequada dos atos.

A sessão pública realizada em 13 de maio de 2026 seguiu o rito próprio do pregão, com apresentação de lances, julgamento da proposta, verificação de habilitação e abertura de oportunidade para manifestação recursal. Dos cinco itens licitados, apenas os itens 03 e 04 receberam lances. Tal circunstância, por si só, não invalida o

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 139

procedimento, uma vez que a ausência de lances em determinados itens não contamina os demais atos regularmente praticados, devendo apenas produzir os efeitos próprios quanto aos itens sem proposta válida.

Em relação ao item 04, a licitante JP Turismo Ltda solicitou sua própria desclassificação durante a disputa. Considerando que o ato foi registrado no procedimento e acolhido pelo Pregoeiro no curso da sessão, sem notícia de prejuízo à Administração, aos demais licitantes ou à lisura do certame, tem-se que o item não deve ser adjudicado à referida empresa, permanecendo sem contratação, conforme o resultado da sessão.

Quanto ao item 03, a empresa JP Turismo Ltda apresentou lance final no valor de R$ 9,01 por quilômetro para o serviço de transporte de ônibus intermunicipal com mínimo de 46 lugares. Não consta dos autos notícia de preço acima do limite editalício, inexequibilidade manifesta, desconformidade com as especificações ou vício insanável na proposta. Assim, respeitado o julgamento objetivo e a vinculação ao edital, mostra-se juridicamente possível reconhecer a validade da classificação da empresa para o item mencionado.

No tocante à habilitação, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, estabelece que essa fase se destina à verificação dos documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto, abrangendo habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como qualificação econômico-financeira, na forma delinida pelo edital.

Conforme relatado, a empresa vencedora apresentou a documentação de credenciamento e habilitação conforme as exigências editalícias, tendo sido considerada habilitada. Ausente indicação de irregularidade documental, omissão essencial, impedimento de contratar ou descumprimento de requisito legal, não se identifica óbice jurídico à aprovação da habilitação da licitante vencedora.

Registra-se, ainda, que não houve manifestação de intenção recursal. A ausência de impugnação pelos interessados acarreta a preclusão da fase recursal, permitindo o encaminhamento do feito à autoridade superior para deliberação final, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e inexistindo recursos administrativos pendentes, o processo deve ser encaminhado à autoridade competente, a quem cabe, conforme o caso, determinar saneamento de eventual irregularidade, revogar o certame por motivo de conveniência e oportunidade, anular o procedimento diante de ilegalidade insanável, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação.

No presente caso, a análise jurídica dos elementos informados não evidencia vício capaz de macular a fase externa do certame. Ao contrário, verifica-se que a disputa foi formalizada, os lances foram registrados, a desclassificação do item 04 foi documentada, a empresa vencedora do item 03 foi habilitada e não houve recurso administrativo.

Ressalva-se que, antes da assinatura da ata de registro de preços e do contrato administrativo, a Administração deverá confirmar a manutenção das condições de habilitação da empresa vencedora, consultar os cadastros sancionatórios pertinentes, inclusive o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas, bem como juntar as certidões atualizadas exigidas pela legislação e pelo edital.

Deverá, igualmente, ser observada a formalização escrita do instrumento contratual, com indicação do processo licitatório, do ato autorizativo, das obrigações das partes, do objeto, do preço, das condições de execução, da fiscalização, do pagamento, das sanções, da vigência e das demais cláusulas necessárias, em conformidade com o edital, a proposta vencedora, a ata de registro de preços e a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Por fim, considerando a natureza do serviço de transporte, recomenda-se que, na execução contratual, a Administração exija e fiscalize a observância permanente das normas de trânsito, regularidade dos veículos, habilitação dos condutores, condições de segurança, manutenção preventiva e corretiva, cobertura documental exigível, seguros obrigatórios, quando cabíveis, e demais requisitos previstos no edital e na legislação aplicável.

III. CONCLUSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 134

Ante o exposto, no exercício do controle jurídico de legalidade e restrito aos elementos constantes dos autos, opina-se pela regularidade da fase externa do Pregão Presencial nº 015/2026, Processo Administrativo nº 067/2026, do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais.

Opina-se pela aprovação do rol de documentos de credenciamento, proposta, julgamento, ata da sessão, documentos de habilitação e demais peças procedimentais constantes dos autos, reconhecendo-se a regularidade jurídica da habilitação da empresa JP Turismo Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 58.637.870.0001-56.

Após a homologação, opina-se pela assinatura da ata de registro de preços e do contrato administrativo com a empresa vencedora, ou do instrumento equivalente previsto no edital, observadas a atualização das certidões, a consulta aos cadastros sancionatórios, a manutenção das condições de habilitação, a publicação dos atos exigidos, a disponibilidade orçamentária no momento da contratação e a designação formal dos responsáveis pela gestão e fiscalização contratual.

Dores do Turvo/MG, 22 de maio de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Júnior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

Pesquisa Transportador

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 135

Número Transportador 10994

Transportador ◯ Autorizado ◯ Clandestino

Tipo Pessoa ◯ CNPJ ◯ CPF

Cooperativa ◯ Sim ◯ Não

Situação Cadastro ◯ Ativo ◯ Inativo ◯ Suspenso

CRG [Selecione]

Nome/Razão Social

Nome Fantasia

Transportador Pg: 1 1 até 1 de 1

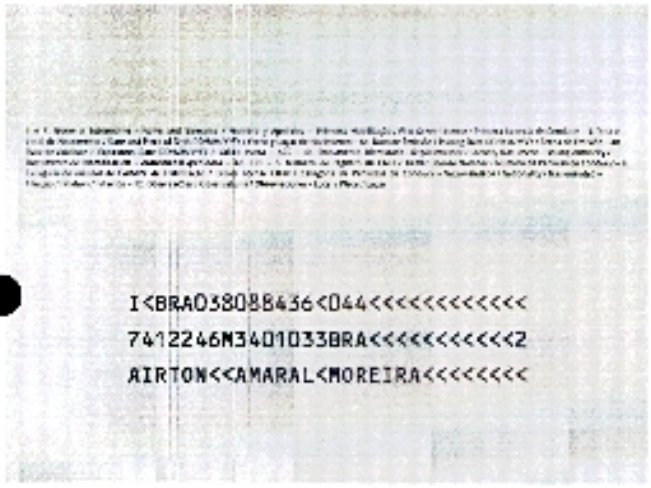
Pesquisa Transportador

Número Transportador	Nome/Razão Social	Nome Fantasia	CPF	CNPJ	Situação Cadastro	Tipo Transportador
10994	JP TURISMO LTDA	JP TURISMO		58.637.870/0001-56	Ativo	Autorizado

Fls. 136







QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital

SERPRO / SENATRAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 134

Nº 109452572026

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC
Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **AIRTON AMARAL MOREIRA**, filho(a) de TEREZINHA AMARAL DE OLIVEIRA, nascido(a) aos 24/12/1974, natural de Dores do Turvo-MG, CPF 038.479.566-80.

Esta certidão foi expedida em **19/05/2026** às **10:08** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 109452572026.

Esta documento é valido por 90 dias.

POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 138
19/05/2026 10:10

ATESTADO DE ANTECEDENTES

Nome: AIRTON AMARAL MOREIRA

Registro Geral: MG-9110092

Filiação: TEREZINHA AMARAL DE OLIVEIRA

JOSÉ MOREIRA DE OLIVEIRA

Data de Nascimento: 24/12/1974

Naturalidade: DORES DO TURVO

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, as 10:10, no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registro(s) de antecedente(s) em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 19 de Maio de 2026 .

Verifique a autenticidade do atestado em: https://www.policiacivil.mg.gov.br/pagina/emissao-atestado?

Código de verificação: hceAsx

Data de emissão: 19/05/2026

AUTORIDADE POLICIAL:

CAROLINA BECHELANY BATISTA DA SILVA
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG)
DIVISÃO DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 139

CERTIDÃO DE PRONTUÁRIO DO CONDUTOR

Certifico, atendendo a requerimento da parte interessada, que em consulta ao cadastro de condutores da divisão de habilitação e controle do condutor, verifiquei constar em seus assentamentos o seguinte

Registro Renach	03808843604
Nome do condutor	AIRTON AMARAL MOREIRA
Naturalidade/UF	DORES DO TURVO/MG
Data de nascimento	24/12/1974
Número da identidade	M9110092-SSP/MG
Filiação (Pai)	JOSE MOREIRA DE OLIVEIRA
(Mãe)	TEREZINHA AMARAL DE OLIVEIRA
Nacionalidade	BRASILEIRA
CPF	038.479.566-80
Habilitado em	09/03/2006
Categoria concedida	AD
Validade CNH	03/01/2034
Correção visual	NAO
Pontuação	0000
Histórico habilitação	Categoria Data aprovação B 09/03/2006

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE TRANSITO: NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES:
NADA CONSTA CONTRA O CONDUTOR ATÉ A PRESENTE DATA.

Belo Horizonte, Terça-feira, 19 de Maio de 2026 - 12 horas e 36 minutos

CHRISTIANE BOLDA LAZZAROTTI
Chefe da Divisão de Habilitação

6F954.F3FB5.58955.5B16A

Rod. Papa João Paulo II, nº 4001, 5º andar - Edifício Gerais
Bairro Serra Verde, CEP 31.630-901 - Belo Horizonte - MG
Ligue: 155

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

govbr

CRLV-e

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00972054596

PLACA
MSD8D32

EXERCÍCIO
2026

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2008

NÚMERO DO CRV
254585748555

Validar este QRCode com app ou

CATEGORIA
ALUGUEL

CAPACIDADE
PAX 46
KG *.*

POTÊNCIA/CILINDRADA
360CV/****

PESO BRUTO TOTAL
12.62

MOTOR
457.916 U 0915096

CMT
.

EIXOS
2

LOTAÇÃO
46P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
JP TURISMO LTDA

CPF / CNPJ
58.637.870/0001-56

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
36355157112

CAT.
***

LOCAL
DORES DO TURVO MG

DATA
01/05/2026

MARCA / MODELO / VERSÃO
MBENZ/MPOLO VIAGGIO R

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO ONIBUS

PLACA ANTERIOR / UF
*******/**

CHASSI
9BM6340118B594265

COR PREDOMINANTE
FANTASIA

COMBUSTÍVEL
DIESEL

Documento emitido por DETRAN-MG (Instrução Normativa nº 1191/2026 art. 05 de 18).

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

ACESSIBILIDADE Q

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha descontos de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

Google Play

App Store

LAUDO DE INSPEÇÃO TÉCNICA

METROCAR

CONTRATADO Nº
024037/2026

CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL/NOME
JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA- ME

CNPJ/CPF
58.637.870/0001-56

ENDEREÇO
X, X -

MUNICÍPIO
DORES DO TURVO

UF
MG

CEP
ND

TELEFONE
ND

VEÍCULO

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO/ ONIBUS

MARCA / MODELO / VERSÃO
MBENZ/MPOLO VIAGGIO R

POTÊNCIA (CV)	CILINDRADA (CC)	TARA (T)	PBT (T)	CMT (T)	LOTAÇÃO(PE/CAR/CAT)	COR
360	0	12,06	ND	ND	46/0	FANTASIA

COMBUSTÍVEL	ANO/MODELO	PLACA	CHASSI
DIESEL	2008/2008	MSD8D32	9BM63401188594265











RESULTADO

CONCLUSÃO

Aprovado

OBSERVAÇÕES

Inspeção DER, veiculo acima identificado foi inspecionado em conformidade com a NBR 14.040-1 a NBR 14.040-11, e atende o artigo 107 do CTB, Lei Federal 5.194/1966, Resolução do Confea 1.136/2023 e DECRETO ESTADUAL 48.121/2021, que foi alterado pelo DECRETO ESTADUAL 48.197/2021 e DECRETO ESTADUAL48.241/2021, e legislação de trânsito vigente, conforme os testes listados neste laudo e encontra-se em adequadas condições de manutenção segurança preservação e conservação de suas caracteristicas técnicas. Fica esta empresa, proprietária deste veiculo, ciente das penalidades que está sujeita por inobservância das referidas legislações. VIDE VERSO OS ITENS INSPECIONADOS.

DATA DA INSPEÇÃO
06/01/2026

INSPETOR TÉCNICO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

DATA DE VALIDADE
06/07/2026

TECMETRO INSPEÇÕES JF LTDA
Rua Aparecida Karina Benharra, 191
Visconde do Rio Branco - MG / CEP 36520-000

TESTES DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

GRUPO 1	CIRCUITO DE FREIO
INFORMAÇÕES CONSTANTES NO CRLV	DISCOS, TAMBORES, PRATOS E COMPONENTES
CONFORMIDADE DAS CARACTERISTICAS DO VEICULO	**GRUPO 6**
GRUPO 2	ALINHAMENTO DE RODAS
PARA-CHOQUES	VOLANTE E COLUNA
ESPELHOS E RETROVISORES	MECANISMO, BARRAS E BRAÇOS
LIMPADOR E LAVADOR DE PARA-BRISAS	ARTICULAÇOES
PARA-SOL	SERVODIREÇÃO HIDRAULICA
VELOCIMETRO	ARMOTECEDOR DE DIREÇÃO
BUZINA	**GRUPO 7**
CINTOS DE SEGURANÇA	FUNCIONAMENTO DA SUSPENÇÃO
EXTINTOR DE INCENDIO	FIXOS
TRIANGULO DE SEGURANÇA	ELEMENTOS ELASTICOS
ESTEPE	ELEMENTOS ABSORVEDORES DE ENERGIA
TACOGRAFO	ELEMENTOS ESTRUTURAIS
CINTO DE SEGURANÇA DA ARVORE DE TRANSMISSÃO	ELEMENTOS DE ARTICULAÇÃO
LACRES DA BOMBA DE SEGURANÇA	ELEMENTOS DE REGULAGEM
RODAS FORA DO LIMITE	ELEMENTOS LIMITADORES
FAROL TRASEIRO	ELEMENTOS DE FIXAÇÃO
VIDROS	ELEMENTOS COMPLEMENTARES
GRUPO 3	SUSPENSÃO PNEUMATICA
LANTERNAS	**GRUPO 8**
LUZES INTERMITENTES DE ADVETENCIA	DESGASTE DA BANDA DE RODAGEM
RETRORREFLETORES	TAMANHO E TIPO DOS PNEUS
GRUPO 4	SIMETRIA DOS PNEUS E RODAS
FAROIS PRINCIPAIS	ESTADO GERAL DOS PNEUS
FAROIS AUXILIARES	ESTADO GERAL E FIXAÇÃO DAS RODAS OU AROS DESMONTÁVEIS
LANTERNA DE ILUMINAÇÃO DA PLACA TRAISEIRA	**GRUPO 9**
LUZES DO PAINEL	PORTAS E TAMPAS
GRUPO 5	VIDROS E JANELAS
FREIOS DE SERVIÇO	BANCOS
FREIOS DE ESTACIONAMENTO	SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE COMBUSTIVEL
COMANDOS	SISTEMA DE EXAUSTÃO DOS GASES
SERVOFREIO	CARROÇARIA
RESERVATORIO DE LIQUIDOS DE FREIOS	INSTALAÇÃO ELETRICA E BATERIA
RESERVATORIO DE AR/VACUO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 142

APÓLICE DE SEGURO

Seguro de Pessoas

MBM APP

VINCULADA À PROPOSTA Nº 50383355

Número do processo SUSEP: 15414.002864/2010-51

MBM Seguradora S.A.
Registro na SUSEP: 35084
CNPJ: 87.882.837/0001-06
Rua dos Andradas, 772
Porto Alegre - RS
CEP: 90020-004
Telefone: (51) 3216-2500
SAC - 0800 541 2665
Ouvidoria: 0800 703 9366
www.mbmseguros.com.br

Fls. 143

Apólice

Número	Ramo	Produto	Vigência
0082.762111	ACIDENTES PESSOAIS	MBM APP	DAS 24H DE 06/01/2026 ÀS 24H DE 06/01/2027

Estipulante

Razão Social	Tipo	CNPJ
JP TURISMO LTDA	JURÍDICA	58.637.870/0001-56

CEP	Endereço	Número
36513000	R JESUINO FERREIRA MENDES	137

Bairro	Cidade	UF
CENTRO	DORES DO TURVO	MG

Corretor

Código	Nome	SUSEP	Filial
FC24129	FORTE MOURAO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	202085667	MINAS GERAIS

Demonstrativo de custo

COBERTURAS	PRÊMIO LÍQUIDO	IOF	PRÊMIO TOTAL
ACIDENTES PESSOAIS	RS 307,94	RS 1,17	RS 309,11

Cobrança	Prêmio Líquido	IOF	Prêmio Total Anual
ANUAL	R$ 307,94	RS 1,17	R$ 309,11

Parcelas

PARCELA	VENCIMENTO	IOF	VALOR	NOSSO NUMERO
1	11/01/2026	R$ 1,17	RS 309,11	30211380800320354

A MBM Seguradora S.A., doravante denominada apenas Seguradora, baseando-se nas informações constantes da proposta apresentada pelo Proponente, ao ma denominado como Estipulante, proposta esta, que servido de base para emissão da presente apólice, fica fazendo parte integrante e inseparável desse Contrato de Seguro, obriga-se a indenizar, nos termos das Condições Gerais, Especiais e do Contrato de Seguro, as consequências dos eventos acaso ocorrentes, de acordo com as especificações abaixo.

Porto Alegre, 06/01/2026

Toni Roblar Pacheco
Diretor Presidente

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Atendimento ao público da SUSEP: 0800 0218484 / www.susep.gov.br

CERTIFICADO INDIVIDUAL

MBM APP

VINCULADA À APÓLICE Nº 762111

Número do processo SUSEP: 15414.002864/2010-51

MBM Seguradora S.A.
Registro na SUSEP: 06064
CNPJ: 87.883.907/0001-06
Rua dos Andradas 772
Porto Alegre - RS
CEP: 90020-004
Telefone: (51) 3216-2500
SAC - 0800 541 2555
Ouvidoria: 0800 703 1980
www.mbmseguros.com.br

Fls. 144

Certificado

Apólice / Certificado	Ramo	Produto	Vigência
0982.762111.3407152	ACIDENTES PESSOAIS	MBM APP	DAS 24H DE 06/01/2026 ÀS 24H DE 06/01/2027

Estipulante

Razão Social	Tipo	CNPJ
JP TURISMO LTDA	JURÍDICA	58.637.870/0001-56

CEP	Endereço	Número	Complemento
36513000	R JESUINO FERREIRA MENDES	137	

Bairro	UF	Cidade
CENTRO	MG	DORES DO TURVO

Corretor

Código	Nome	SUSEP	Filial
FC24129	FORTE MOURAO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	202085667	MINAS GERAIS

Veículo

Placa	Fabricante / Marca / Modelo	Capacidade	Ano	Chassi
MSD8D32	MBENZ / MPOLO VIAGGIO R	47	2008/2008	9BM6340118B594265

Utilização
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL

Coberturas e serviços

COBERTURAS E SERVIÇOS	LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL POR PASSAGEIRO	PRÊMIO LÍQUIDO
MORTE ACIDENTAL	R$ 13.500,00	R$ 108,57
INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE ATÉ	R$ 13.500,00	R$ 164,50
DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICAS ATÉ	R$ 2.700,00	R$ 34,87

Total Líquido
R$ 307,94

1 - O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização;
2 - Qualquer importância oferecida pelo Proponente junto com a proposta tem natureza de adiantamento do prêmio;
3 - As garantias previstas neste seguro só serão devidas se o veículo estiver devidamente regularizado junto às autoridades;
4 - O estipulante poderá consultar a situação cadastral de seu Corretor de Seguros, no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF;
5 - Os direitos e obrigações, bem como a descrição completa das coberturas, riscos cobertos e excluídos, encontram-se detalhadas nas condições Gerais e Especiais, que integram esta Proposta de Adesão;
6 - As Condições Gerais e Especiais encontram-se disponíveis no site www.mbmseguros.com.br;
7 - A cobertura do seguro está condicionada ao pagamento do prêmio;
8 - A cobertura de diária de incapacidade terá carência de 15 (quinze) dias a contar da data do atestado. A cobertura não se estende ao passageiro;
9 - Quando contratado o Serviço de Assistência 24horas, fica estabelecido carência de 15 (quinze) dias para utilização a contar da data de início de vigência do certificado do veículo;
10 - Em caso de contratação em duplicidade, serão indenizadas as apólices (a contagem será da mais antiga para a mais nova) cujos capitais somados não excedam R$ 200.000,00. Caso esse valor seja ultrapassado, serão indenizadas apenas as apólices que comporham as maiores importâncias seguradas dentro do valor somado de até R$ 200.000,00;

Porto Alegre, 06/01/2026

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Atendimento ao público da SUSEP: 0800 0218484 / www.susep.gov.br

bradesco

Fls 145

Comprovante de pagamento - boleto de cobrança

06/01/2026 - 11h26

Valor: R$ 309,11

Dados de quem vai receber

Razão social: **MBM SEGURADORA S.A.**

Beneficiário: **MBM SEGURADORA S.A.**

CPF/CNPJ: **87.883.807/0001-06**

Instituição: **BANCO DO BRASIL S.A.**

Beneficiário final: **MBM SEGURADORA SA**

CPF/CNPJ: **87.883.807/0001-06**

Dados da transação

Código de barras: **00190 00009 03021 138080 00320 354178 8 13230000030911**

Data do débito: **06/01/2026**

Data do vencimento: **11/01/2026**

Valor inicial: **R$ 309,11**

Desconto: **R$ 0,00**

Abatimento: **R$ 0,00**

Bonificação: **R$ 0,00**

Multa: **R$ 0,00**

Juros: **R$ 0,00**

Descrição: **Descrição não informada**

Protocolo: **0000477**

Dados de quem fez o pagamento

Nome: **JOAO PAULO MOREIRA OLIVEIRA**

Instituição: **237 - Banco Bradesco S.A**

Agência: **1940**

Conta: **593442-7**

Dados do pagador registrados no boleto

Nome: **JP TURISMO LTDA**

CPF/CNPJ: **58.637.870/0001-56**

Autenticação

PuiDqftQ	nVueGew	w X?AKxu	6U OKDsJ	bLX dofY	KrDe XTU	W"iLA C#	*PtaTc *
rt4VkiST	SUVVlVd	hAx5JQFI	ycTgIT6	I OfUJc7	v5 u4CES	#Wk iuUT	@9Ro xE3
&rLut T*	fjv7boS	npUFIb 7	Fdubf@4	W@F#aK*w	8EV7VpU	C w@S6HD	T9 nk<R8

CERTIFICADO

ICETRAN

CERTIFICADO Nº 0006MG 000 002901554

Certificamos que **AIRTON AMARAL MOREIRA** portador do CPF 038.479.566-80 e CNH 03808843604, habilitado na categoria AD, concluiu o **Curso de ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES**, na modalidade a Distância com carga horária de 16 horas, no período 07/05/2025 a 10/05/2025 .

Florianópolis, 10 de Maio de 2025.

JOSÉ LELES DE SOUZA
Diretor Geral - ICETRAN
CPF 565.550.406-53

DETRANMG
Departamento de Trânsito

ICETRAN INSTITUTO DE CERTIFICACAO E ESTUDOS DE TRANSITO E TRANSPORTE LTDA - CNPJ: 02.968.119/0001-88

ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES				
	HISTÓRICO			
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	TUTOR/INSTRUTOR	Carga Horária	Nota	Resultado
1 - ATU Legislação de Trânsito ICETRAN	LUIZ FERNANDO DIAS MARTINS CPF 411.249.100-00	3	8,00	Aprovado
2 - ATU Direção Defensiva ICETRAN	LUIZ FERNANDO DIAS MARTINS CPF 411.249.100-00	5	8,67	Aprovado
3 - ATU Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social ICETRAN	LUIZ FERNANDO DIAS MARTINS CPF 411.249.100-00	3	10,00	Aprovado
4 - CAP/ATU RELACIONAMENTO INTERPESSOAL ESCOLAR ICETRAN	LUIZ FERNANDO DIAS MARTINS CPF 411.249.100-00	5	9,33	Aprovado
Total		16		

Matrícula: 207951
Registro: 0006MG 000 002901554
Folha: 1 **Livro:** 501
Aluno/Assinatura: AIRTON AMARAL MOREIRA_____
Renach:
Curso: ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES
Validade do Certificado: 10 de Maio de 2030
Certificado válido por 5 anos a contar a partir da data de conclusão
Link de Validação: https://icetran.alfamaoraculo.com.br/validador
Código de Validação: 0964e3150976d8ed500fc5c07d49d7fe

ICETRAN

CERTIFICADO DE CURSO ESPECIALIZADO

NOME: AIRTON AMARAL MOREIRA	
CPF: 036.479.589-60	Nº REGISTRO: 03808843604
VALIDADE: 10/05/2030	TIPO: CA-CURSO ATUALIZAÇÃO
NÚMERO DE CERTIFICADO REGISTRADO NA RCA: EAD0006 403801554	
ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE DE ESCOLARES	

[redacted]

Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transporte

CNPJ:02.968.119/0001-88

CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	5 H/A
DIREÇÃO DEFENSIVA	5 H/A
NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS, RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	5 H/A
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	5 H/A

CERTIFICADO DO CURSO VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Curso realizado na plataforma tecnológica da empresa ICETRAN, homologada no SENATRAN para ministrar CURSOS ESPECIALIZADOS pela PORTARIA DE CREDENCIAMENTO SENATRAN Nº 177/20.

SENATRAN — Ministério dos Transportes — ICETRAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES DO TUNAS - BA
Fls 148

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 149

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que AIRTON AMARAL MOREIRA, CPF 038.479.566-80, compareceu para atendimento médico apresentando-se bem físico e mentalmente, apto ao trabalho.

Dores do turvo - MG, 19 de maio de 2026

Dr. Rafael Augusto Moreira Pereira
CRM MG 87215
CONTROLE 1792903

Rafael Augusto Moreira Pereira - CRM - MG 87215
MÉDICO GENERALISTA
Dores do turvo - MG, 19 de maio de 2026